



TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI



Rua Juscelino Kubitschek, 01 - Centro - Lote 01
Marituba - Pará - Brasil - CEP: 67-200-000



administracao@transcontinentaltc.com.br



(91) 98228-3480

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
– CEL .**

**Ref.: Concorrência nº 01/2022- concessão florestal das Unidades de Manejo
Florestal I, II e III na Floresta Nacional do Amana - Lote 3**

TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.649.283/0001-93, com
sede localizada à rua Juscelino Kubitschek, nº 01, Lote 01 A, Bairro Centro,
município de Marituba/PA, representada por seu sócio JULIO VICENTE ATHAYDE
DA COSTA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CNH nº [REDACTED]
DETRAN-PA, inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado à
[REDACTED]
por intermédio de sua advogada *in fine* assinada e legalmente constituída, *ut* mandato
procuratório anexo, vem, respeitosamente, com habitual respeito, diante de V. Sa.,
com amparo no art. 109, I, da Lei nº 8.666/93 interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra o Resultado de julgamento da fase de proposta técnica publicado
do Diário Oficial da União em 06/06/2022, Edição: 106 | Seção: 3 | Página: 3, que
desclassificou a recorrente, conforme fundamentos abaixo expostos:

DA TEMPESTIVIDADE

Este documento foi assinado digitalmente por Stefane Miranda Castro.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 32A0-6B5A-3832-12AE.

O presente recurso é apresentado no prazo estabelecido no art. 109, § 3º da Lei nº 8.666/93, sendo plenamente cabível sua apreciação, haja vista que a recorrente tomou ciência da decisão no momento da publicação da mesma no diário oficial, conforme cópia que ora segue colacionada.

Ressalta-se tão logo que a administração pública no momento da publicação do edital da concorrência nº 01/2022 optou indicando expressamente por licitar de acordo com as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 que estará em vigor até abril de 2023.

DOS FATOS

O Serviço Florestal Brasileiro lançou o Edital de Concessão da Florestal Nacional do Amana nº 01/2022, composto de um lote com três UMFs, somando uma área de 229,3 mil hectares a ser concedida nos municípios de Itaituba e Jacareacanga, no Pará., para tanto, abriu Licitação na Modalidade Concorrência, do tipo técnica e preço.

Por ocasião da Fase de proposta técnica do certame, a recorrente foi desclassificada da UFMI, UFM II e UFM III, em virtude de a Comissão Permanente de Licitação ter descrito as seguintes alegações:

“Desclassificada pelo descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério “4 - Agregação de valor” com valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital.”

Apesar das referidas alegações, tal decisão deve, contudo, não ser mantida, haja vista que a recorrente, não descumpriu preceitos legais, bem como observou as determinações contidas no Edital, destacando-se que a Administração está obrigada a fazer o que a Lei determina, nem além e nem aquém, em estrita observância do Princípio da Legalidade a ela aplicado. A necessidade de anulação da decisão retro mencionada é medida que se impõe, considerando os argumentos adiante delineados.

DO DIREITO

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO DE ACORDO COM REGRAS DE ARRENDODAMENTO PREVISTAS NA ABNT EM CONFORMIDADE COM A VARIAÇÃO PREVISTA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

A Comissão Especial de Licitação (CEL), após análise dos documentos, divulgou o resultado da fase de proposta técnica do certame conforme ata de reunião realizada em 02 de junho de 2022, desclassificando a empresa recorrente sob o argumento de que teria apresentado valor não compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital.

O anexo 12 do edital dispõe que para UMFI o intervalo máximo seria 8, para UMF II o intervalo máximo seria 22 enquanto para UMFIII o intervalo máximo não poderia ultrapassar 22.

Averiguemos adiante os valores adotados pela empresa recorrente em suas respectivas propostas técnica:

- UMF I: 8,005;
- UMF II: 22,005 e;
- UMF III: 22,004.

Ora nobres julgadores, sabe-se que as regras matemáticas vigentes no país são regidas de acordo com ABNT/NBR 5891/197 o que garante afirmar que a proposta apresentada pela empresa não está em desacordo com os intervalos previstos no edital. Não é preciso ter um conhecimento extenso de matemática para saber que as casas decimais apresentadas pela empresa quando arredondadas são remetidas ao número inteiro mais próximo. Vejamos o que dispõe a regra da ABNT para melhor compreensão:

A ABNT/NBR 5891/1977 dispõe sobre as regras de arredondamento da numeração decimal e ensina como fazer isso:

- ☐ Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for inferior a 5, o último algarismo a ser conservado permanecerá sem modificação. **Exemplo: 1,333 3** arredondado à primeira decimal temos: **1,3.**

□ Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for superior a 5, ou, sendo 5, for seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, o último algarismo a ser conservado deverá ser aumentado de uma unidade. **Exemplo A: 1,666 6** arredondado à primeira decimal temos: **1,7**. **Exemplo B: 4,850 5** arredondados à primeira decimal temos: **4,9**.

□ Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for 5 seguido de zeros, dever-se-á arredondar o algarismo a ser conservado para o algarismo par mais próximo. Consequentemente, o último a ser retirado, se for ímpar, aumentará uma unidade. **Exemplo: 4,550 0** arredondados à primeira decimal temos: **4,6**.

□ Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último a ser conservado for 5 seguido de zeros, se for par o algarismo a ser conservado, ele permanecerá sem modificação. **Exemplo: 4,850 0** arredondados à primeira decimal temos: **4,8**.

Diante das regras de arredondamento acima explicadas de forma detalhada, temos que o valor de 8,005 corresponde a 8, e os valores de 22,005 e 22,004 correspondem a 22.

Logo, não há o que se falar que a proposta de preço da recorrente não atendeu aos requisitos do edital, porquanto provado através das regras de arredondamento que os valores remetem as variantes prevista no anexo 12 do edital.

Salienta-se que o edital não prevê em nenhum de seus itens que não pode ser aplicado as regras de arredondamento, sendo assim, agiu a recorrente dentro da legalidade administrativa apresentado sua proposta desta forma razão pela qual a classificação de sua proposta é medida que se impõe.

DA IMPOSSIBILIDADE DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ENTRE EMPRESAS EM ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. DA OBRIGATORIEDADE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS.

Conforme já relatado, no resultado do julgamento da fase de proposta técnica anexo, a empresa recorrente foi desclassificada pelo “suposto” descumprimento do item 9.7.4.1. do Edital da Concorrência nº 01/2022, tendo em vista o preenchimento da proposta para o critério “4 - Agregação de valor” com valor não

compreendido no intervalo de variação definido no Anexo 12 do edital.

Vejamos o que prevê o item 9.7.4.1 do Edital da Concorrência Nº 01/2022:

9.7.4.1. A ausência de manifestação, não preenchimento ou o preenchimento com valores não compreendidos nos intervalos de variação definidos no Anexo 12 deste edital implicarão a desclassificação da proposta.

Agora observemos novamente o que está descrito em relação aos intervalos de variação no anexo 12:

Intervalo de variação:

UMF I: Mínimo – 4 Máximo – 8

UMF II: Mínimo – 11 Máximo – 22

UMF III: Mínimo – 11 Máximo – 22

Pelo que se percebe a comissão de licitação **ou** não se atentou que os valores apresentados pela recorrente se tratavam de valores permitidos pelo Edital, pois como já explicado em tópico anterior o valor decimal é arredondado automaticamente ao número inteiro mais próximo, ou resolveu dessa vez tratar de forma diferenciada as empresas que estão participando deste certame, o que não se acredita que tenha ocorrido.

Cabe lembrar do EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 referente a FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ, presidido por esta comissão. Vamos aos pontos que queremos destacar deste citado edital:

8.7.4.1. A ausência de manifestação, não preenchimento ou o preenchimento com valores não compreendidos no intervalo de variação definido no Anexo 12 deste edital, implicará na desclassificação da proposta.

Notemos o que diz o item 12 quanto ao intervalo de variação:

Intervalo de Variação: Mínimo – 4. Máximo – 8.

Percebe-se até aqui, que foi utilizado exatamente o mesmo critério do edital de concorrência nº 01/2015 para o nº 01/2022, aliás permita-me dizer, “o mesmo texto” foi redigido nos dois editais, mudando apenas a ordem dos itens.

Destaca-se que ambos editais foram presididos pela mesma comissão de licitação, e que ambos foram vinculados a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, sendo ambos representados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Seguindo o raciocínio, vamos analisar os termos da proposta de preço vencedora da **CONCORRÊNCIA Nº 01/2015 referente a FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ:**

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA

Concorrência nº 01/2015 – Flona de Caxiuanã/PA
Deverão ser preenchidos somente os campos em cinza.

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	CEMAL COMERCIO ECOLÓGICO DE MADEIRAS LTDA
CNPJ:	06.036.053/0003 - 50
Nome do representante:	EVANILDO BALMAÇO
Unidade de Manejo de interesse:	UMF 3

Proposta do critério técnico

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta do licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1: Certificação florestal	Alcance e manutenção do certificado.	Ausência de comprometimento com a certificação – Não.	Comprometimento com a certificação – Sim.	Sim (X) Não ()
2 – Social	A2: Investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local	R\$/hectare.	0,50 R\$/hectare.	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A3: Adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal	Comprometimento com a adoção das técnicas definidas em edital.	Ausência de comprometimento com a adoção da tecnologia definida em edital – Não.	Ausência de comprometimento com a adoção da tecnologia definida em edital – Sim.	Sim (X) Não ()
4 – Agregação de valor	A4: Grau de processamento local do produto	Fatur de agregação de valor.	FAV = 4	FAV = 8	FAV = 8,0013

Cartório
Queiroz Santos

Assinatura do representante da licitante

Edital da Concorrência nº 01/2015 – Anexo 10 – Página 1 de 1

17064/16

Pela imagem acima que também segue anexada, a proposta vencedora da concorrência nº 01/2015 foi a da empresa CEMAL COMÉRCIO ECOLÓGICO DE MADEIRAS LTDA que apresentou FAV= 8,0013, sendo que conforme alhures

explicitado, o Intervalo de variação de acordo com o item 12 do edital era de Mínimo – 4 e no Máximo – 8.

Pergunta-se, a comissão de licitação errou pelo fato de não desclassificar a referida empresa do certame e assim desobedeceu aos princípios que regem a Licitação Pública? Ou atentou ao fato de que o valor da casa decimal pelas regras da ABNT não muda o valor da proposta que neste caso específico continuaria sendo 8,00?

Acredita-se piamente que no caso acima narrado a presente comissão de licitação não tenha errado em julgar vencedora a referida proposta, pois, considerou de forma correta o arredondamento das casas decimais de acordo com as regras da ABNT.

Passando a análise para o presente caso, a empresa recorrente foi desclassificada por fazer exatamente a mesma coisa que outrora foi julgado como acertado por esta comissão. Inclusive cumpre ressaltar que não só a recorrente, mas outras empresas também tomaram como base para apresentação de suas propostas de preço modelos considerados aptos por esta comissão em editais que tinham como objeto o mesmo da concorrência nº 01/2022, qual seja “Concessão Florestal”.

Se a comissão de licitação aceitou a proposta da empresa CEMAL COMÉRCIO ECOLÓGICO DE MADEIRAS LTDA considerando as casas decimais arredondadas como dentro do previsto do edital, não pode desclassificar a empresa recorrente por ter apresentado sua proposta nos mesmos moldes, pois caso contrário estaria estabelecendo tratamento diferenciado entre as empresas o que é totalmente vedado pelo princípio da isonomia.

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

Todos os artigos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do princípio da isonomia o qual, objetiva a vedação da discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de uma empresa.

Assim é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

Cabe a esta comissão em casos que haja qualquer tipo de questionamento à aplicação ou não da isonomia, usar do princípio da proporcionalidade afim de que não sejam comprometidos nem o interesse público nem a equidade entre os concorrentes, para que assim a licitação ocorra de forma justa e que venha a sanar as necessidades que ela se propõe.

De outra banda a administração pública também deve obediência ao princípio da segurança jurídica que possui previsão no art. 2º, caput, da Lei 9.784/99. Por tal princípio entende-se que os atos administrativos devem ser consistentes no sentido de que se ocorrerem situações iguais as decisões administrativas correlacionadas a estas situações também devem ser uniformizadas, com fito de não gerar insegurança ao administrado que deve ter conhecimento prévio das consequências de seus atos à luz de um entendimento pré-estabelecido pela administração pública.

Assim, por tudo que foi exposto, infere-se que a isonomia e a segurança jurídica devem ser pilares de todo o processo licitatório, não sendo cabível, portanto, que algo irrelevante como “casas decimais” que não alteram o real valor do número inteiro, exclua uma possível melhor proposta, mesmo por que essa exclusão gera além da ofensa aos princípios da “vantajosidade” como também os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade por retirar da concorrência um candidato perfeitamente apto. Além do mais, o fato da administração ter em caso semelhantes decido pela classificação da empresa que apresentou a proposta nos mesmos termos da empresa que agora foi desclassificada gera uma verdadeira insegurança ao administrado sendo este ato completamente viciado por não estar de acordo com o princípio da segurança jurídica.

Desta feita, espera-se que a empresa após a análise do mérito do presente recurso seja considerada classificada na fase de proposta técnica em todas as modalidades em que se inscreveu, quais sejam: UMF I; UFM II e UFM III, pois caso

contrário, o processo licitatório deve ser considerado nulo, pois uma ofensa desse porte retira do certame suas características principais de legalidade e concorrência leal em busca da melhor técnica/preço.

DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA

É cediço que a Administração Pública, no exercício cotidiano de suas funções, está autorizada a anular ou revogar seus próprios atos, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, quando tais atos são contrários à lei ou aos interesses públicos. Esta noção está consagrada em antigos enunciados do Supremo Tribunal Federal, que preveem:

A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos. (STF, Súmula nº 346, Sessão Plenária de 13.12.1963).

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. (STF, Súmula nº 473, Sessão Plenária de 03.12.1969).

Através da inteligência jurisprudencial acima, se compreende que o controle interno à luz da tutela administrativa se dá em dois aspectos, a saber: a anulação de atos ilegais e contrários ao ordenamento jurídico, e a revogação de atos em confronto com os interesses da Administração, cuja manutenção se afigura inoportuna e inconveniente.

Em razão do princípio da autotutela administrativa, “a Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação dos mesmos ao interesse público. Se a Administração verificar que atos e medidas contêm ilegalidades, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da importunidade e inconveniência, poderá revogá-los” (Medauar, 2008, p. 130), **motivo pelo qual requer a ANULAÇÃO IMEDIATA da decisão de desclassificação da empresa recorrente, por todos os fatos e fundamentos expostos, que por si só, demonstram a ilegalidade do ato administrativo em comento.**

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos acima apreciados neste Recurso, a recorrente formula os seguintes pedidos:

1. Que a presente peça recursal seja conhecida para, no mérito, ser **deferida** integralmente, pelas razões e fundamentos expostos,
2. Seja reformada a decisão que desclassificou a empresa na fase do julgamento das propostas técnicas, **conforme motivos consignados neste Recurso, tendo em vista o cumprimento das normas do edital, em especial, por não ter previsão de que não poderia se aplicar regras de arredondamento;**
3. Acolham-se e analisem-se os documentos anexados a esta peça recursal;
4. Caso o Douto Julgador opte por não manter sua decisão, que nos declarou desclassificada deste certame, o que se admite tão somente por amor ao debate, requeremos que, com fulcro na lei de licitações, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nestes Termos.

Pede e espera deferimento.

Brasília, 09 de junho de 2022.



STEFANE MIRANDA CASTRO

OAB/PA 21.017



TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI



Rua Juscelino Kubitschek, 01 - Centro - Lote 01
Marituba - Pará - Brasil - CEP: 67-200-000



administracao@transcontinentaltc.com.br



(91) 98228-3480

TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI

CNPJ nº 32.649.283/0001-93

JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

Sócio

TTC

Este documento foi assinado digitalmente por Stefane Miranda Castro.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 32A0-6B5A-3832-12AE.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/32A0-6B5A-3832-12AE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 32A0-6B5A-3832-12AE



Hash do Documento

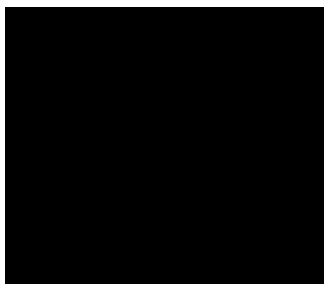
F858ADA60E717E37656E4F2502BF19A2209211B2C9F93A2BEE4BF6AFC5EC8DCE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/06/2022 é(são) :

☒ STEFANE MIRANDA CASTRO - [REDACTED] em 09/06/2022

15:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE:

TRANSCONTINENTAL TIMBER COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Juscelino Kubitschek, 01, lote 01-a, centro, CEP 67.200-000, Marituba/PA inscrita no CNPJ sob o n.º 32.649.283/0001-93 portadora da Inscrição Estadual de n.º [REDACTED], representada neste ato por **JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n.º [REDACTED] inscrito no CPF sob o n.º [REDACTED], residente e domiciliado(a) na [REDACTED]

OUTORGADOS:

MURILO SOUZA ARAÚJO, advogado portador da OAB-PA n.º 15.694; **STEFANE MIRANDA CASTRO**, advogada inscrita na OAB/PA n.º 21.017; **ANA PAULA SOUZA MARQUES**, advogada inscrita na OAB/PA n.º 22.925; **BRUNA TELES DALTRO**, advogada inscrita na OAB/PA n.º 27.151, **DENISE CORREA DE ARAÚJO**, advogada inscrita na OAB/PA n.º 28.793; todos com escritório sito na Av. Julio Cesar, n.º 3642, Val de Cães, Belém-PA, CEP: 66617-420.

PODERES:

Outorgando-lhes amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, atinentes a cláusula *ad judicium et extra*, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, órgãos da Administração Pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, em especial para patrocínio da presente demanda, dando tudo por bom e valioso.

Belém, 11 de maio de 2022.



JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI**

Pelo presente Instrumento Particular de ato Constitutivo:

JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA nacionalidade **BRASILEIRA**, nascido em 19/07/1957, **SOLTEIRO**, **EMPRESARIO**, CPF nº 544.274.017-91, **CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO** nº 00416707304, órgão expedidor **DETRAN - PA**, residente e domiciliado(a) no(a) **AVENIDA GENTIL BITTENCOURT, 1390, APT 423, NAZARE, BELÉM, PA, CEP 66040172, BRASIL.**

Resolve por este ato **CONSTITUIR**, como de fato constitui, uma empresa do tipo jurídico, **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada-EIRELI**, nos termos do art. 980-A da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa gira sob o nome empresarial **TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI** e nome fantasia **TRANSCONTINENTAL TIMBER COMPANY.**

CLÁUSULA SEGUNDA. A empresa terá sede: **RUA RUA JUSCELINO KUBITSCHKE, 01, LOTE 01-A, CENTRO, MARITUBA, PA, CEP 67.200-000.**

CLÁUSULA TERCEIRA. A empresa poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo.

DO OBJETO E DA DURAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA. A empresa terá por objeto(s):
COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4671-1/00 - comércio atacadista de madeira e produtos derivados.
4744-0/02 - comércio varejista de madeira e artefatos.

CLÁUSULA QUINTA. A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

Req: 81900000048070

Página 1



Certifico o Registro em 01/02/2019
Arquivamento 15600280376 de 01/02/2019 Protocolo 195895576 de 31/01/2019 NIRE 15600280376
Nome da empresa **TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI**
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 115232856431553



**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI**

DO CAPITAL

CLÁUSULA SEXTA. A empresa tem o capital de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado, neste ato, em moeda corrente nacional, de responsabilidade do titular.

CLÁUSULA SÉTIMA. A responsabilidade do titular é restrita ao valor do capital integralizado.

DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA. A administração da empresa caberá ISOLADAMENTE a JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da empresa, autorizado o uso do nome empresarial.

DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS

CLÁUSULA NONA. Ao término de cada exercício da empresa, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao titular, os lucros ou perdas apurados.

DO FALECIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA. Falecendo ou interditado o titular, a empresa continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da empresa, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Req: 81900000048070

Página 2



**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA
TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não participa de outra empresa da mesma modalidade, estando desimpedido para constituir a presente EIRELI.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. Fica eleito o foro de MARITUBA para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo

MARITUBA, 30 de janeiro de 2019.



JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

Visto 
ARNALDO DAS MERCES COSTA
(OAB-26968 PA)

Req: 81900000048070

Página 3





195895576

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI
PROTOCOLO	195895576 - 31/01/2019
ATO	091 - ATO CONSTITUTIVO
EVENTO	091 - ATO CONSTITUTIVO

MATRIZ

NIRE 15600280376
CNPJ 32.649.283/0001-93
CERTIFICO O REGISTRO EM 01/02/2019
SOB N: 15600280376



Marcelo A. P. Cebolão
Secretário Geral

04/02/2019

1

ATO DE ALTERAÇÃO DA TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI

CNPJ nº 32.649.283/0001-93



JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA, nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 19/07/1957, SOLTEIRO, EMPRESARIO, CPF nº [REDACTED], CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO nº [REDACTED], órgão expedidor [REDACTED], residente e domiciliado(a) no(a) [REDACTED]

Titular da empresa de nome TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI, registrada nesta Junta Comercial do Estado do Pará, sob NIRE nº 15600280376, com sede Rua Rua Juscelino Kubitschek, 01, Lote 01-a, Centro Marituba, PA, CEP 67200000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 32.649.283/0001-93, delibera e ajusta a presente alteração, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A empresa passa a ter o seguinte objeto:
COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE MADEIRA E ARTEFATOS; ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS E NEGÓCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIÁRIOS.; EXTRAÇÃO DE MADEIRA EM FLORESTAS NATIVAS.

CNAE FISCAL

4671-1/00 - comércio atacadista de madeira e produtos derivados
0220-9/01 - extração de madeira em florestas nativas
4744-0/02 - comércio varejista de madeira e artefatos
7490-1/04 - atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários

DA RATIFICAÇÃO E FORO

CLÁUSULA SEGUNDA. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em MARITUBA.

CLÁUSULA TERCEIRA. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

MARITUBA, 29 de maio de 2022.

http://assinadorweb.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4wJx3M0C-1FVMUjzF3gQ&chave2=K72jYVYD1IDmUwX_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

Req: 81200000416570

Página 1



Certifico o Registro em 30/05/2022
Arquivamento 20000777854 de 30/05/2022 Protocolo 224761684 de 30/05/2022 NIRE 15600280376
Nome da empresa TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI
Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>
Chancela 115182327030602



30/05/2022

ATO DE ALTERAÇÃO DA TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS
EIRELI

CNPJ nº 32.649.283/0001-93

JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4wjxi3M0C-IFVMUjzF3gQ&chave2=K72jyVYD1IDmUwx_BDMXow
ASSINADO DIGITALMENTE POR: [REDACTED] - JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

Req: 81200000416570

Página 2



Certifico o Registro em 30/05/2022

Arquivamento 20000777854 de 30/05/2022 Protocolo 224761684 de 30/05/2022 NIRE 15600280376

Nome da empresa TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucepa.pa.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 115182327030602

30/05/2022



224761684

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	TRANSCONTINENTAL TIMBER COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI
PROTOCOLO	224761684 - 30/05/2022
ATO	002 - ALTERAÇÃO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 15600280376
CNPJ 32.649.283/0001-93
CERTIFICO O REGISTRO EM 30/05/2022
SOB N: 20000777854

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: [REDACTED] - JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA - Assinado em 30/05/2022 às 09:13:45



Maria De Fátima Cavalcante Vasconcelos
Secretaria Geral

1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1514973470

NOME
JULIO VICENTE ATHAYDE DA COSTA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

CPF DATA NASCIMENTO

FILIAÇÃO
JULIO DA COSTA
AIDA ATHAYDE DA COSTA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO

01/09/2022 06/02/1980

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO

BELEM, PA 18/09/2017

ASSINATURA DO EMISSOR

88365406416
PA259552585

PARA

PROIBIDO PLASTIFICAR
514973470

Cartório Condurú
4º Ofício de Notas
Belém - PA

Trav. Três de Maio, 1503 • São Brás • CEP 66063-383 • Pape (91) 3249.4048 / 3243.1205

Reginaldo Pinheiro da Cunha - Tabelião

Autentico a presente cópia, conforme o original a mim apresentado, Dou fe.

Emol.: R\$5,30 Selo: R\$0,85
Belém-PA, 01/03/2019 09:13. H015347668

Gleyce Christiane da Silva Ribeiro

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Selo de Segurança
AUTENTICAÇÃO
Série: H
Nº 015.347.668

EM BRANCO
CONDURÚ

Sempre que trabalhamos com valores, possuímos muitas dúvidas quando se tem um valor com 3 algarismos decimais e precisamos arredondar para 2. A ABNT/NBR 5891/1977 dispõe sobre as regras de arredondamento da numeração decimal e ensina como fazer isso:

- Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for inferior a 5, o último algarismo a ser conservado permanecerá sem modificação.
Exemplo: 1,333 3 arredondado à primeira decimal temos: **1,3**.
- Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for superior a 5, ou, sendo 5, for seguido de no mínimo um algarismo diferente de zero, o último algarismo a ser conservado deverá ser aumentado de uma unidade.
Exemplo A: 1,666 6 arredondado à primeira decimal temos: **1,7**.
Exemplo B: 4,850 5 arredondados à primeira decimal temos: **4,9**.
- Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último algarismo a ser conservado for 5 seguido de zeros, dever-se-á arredondar o algarismo a ser conservado para o algarismo par mais próximo. Consequentemente, o último a ser retirado, se for ímpar, aumentará uma unidade.
Exemplo: 4,550 0 arredondados à primeira decimal temos: **4,6**.
- Quando o algarismo imediatamente seguinte ao último a ser conservado for 5 seguido de zeros, se for par o algarismo a ser conservado, ele permanecerá sem modificação.
Exemplo: 4,850 0 arredondados à primeira decimal temos: **4,8**.

Nos exemplos abaixo estamos aplicando a regra da ABNT arredondando para 2 casas decimais. Repare na tabela que 0 é considerado par.

VALOR	ABNT
0,342	0,34
0,346	0,35
0,3452	0,35
0,3450	0,34
0,332	0,33
0,336	0,34
0,3352	0,34
0,3350	0,34
0,3050	0,30
0,3150	0,32

Em caso de esclarecimentos adicionais, estamos à disposição. Favor enviar e-mail para suporte@notacontrol.com.br copiando os endereços suelen.santamaria@notacontrol.com.br / mateus.santamaria@notacontrol.com.br .



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

CONCORRÊNCIA N.º 01/2015
(Processo 02080.000160/2010-11)


COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO


ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se, às quatorze horas, na sala de reunião da Gerência Executiva de Planejamento Florestal, localizada na sede do Serviço Florestal Brasileiro, situada no SCEN, Trecho 02, CEP 70818-900, Brasília/DF, Mario Adilson Germi (matrícula SIAPE n° 2157459), Paulo Sérgio Camargo (matrícula SIAPE n° 3474474), Jacqueline Gonçalves Saunders (matrícula SIAPE n° 2174124), Luiz Tadayuki Ono (matrícula SIAPE n° 16987391), Luísa Resende Rocha (matrícula SIAPE n° 1652605) e Eduardo Riviello de Andrade Humbert (matrícula SIAPE n° 1660750), todos membros da Comissão Especial de Licitação (CEL) instituída pela Portaria/SFB n° 101, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de agosto de 2015, seção 2, página 54, incumbida de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Concorrência n° 01/2015 (Processo 02080.000160/2010-11), que tem como objeto a concessão florestal de lote de unidades de manejo florestal (UMF) na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará, para analisar as propostas de preço da Concorrência n° 01/2015. A CEL, conforme relatório em anexo, declara como vencedoras as seguintes empresas: a) para a UMF I, a empresa Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11) com 1.000 (mil pontos); b) para a UMF II, a empresa Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11) com 1.000 (mil pontos); e c) para a UMF III, a empresa Cemal

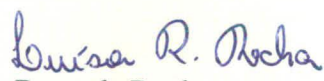
Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP (CNPJ 06.036.051/0001-50) com 1.000 (mil pontos). Fica concedido o prazo legal de cinco dias úteis para interposição de recurso, contado a partir do primeiro dia útil após publicação deste resultado no DOU, conforme previsto no item 9.6.4 do edital da Concorrência nº 01/2015. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e redigida a presente ata, que segue assinada pelos membros da CEL.

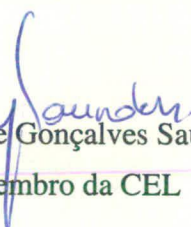
Brasília/DF, 06 de outubro de 2016.

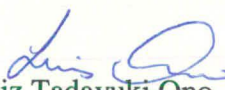

Mario Adilson Germi
Vice-Presidente da CEL


Paulo Sérgio Camargo
Membro da CEL

Eduardo Riviello de Andrade Humbert
Membro da CEL


Luísa Resende Rocha
Membro da CEL


Jacqueline Gonçalves Saunders
Membro da CEL


Luiz Tadayuki Ono
Membro da CEL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

Relatório de Julgamento da Proposta de Preço
Concorrência nº 01/2015
Processo nº 02080.000160/2010-11

1. Introdução.

1.1. No dia 26/09/16, em sessão pública, no prédio do Cenaflor, a Comissão Especial de Licitação (CEL) procedeu à abertura dos envelopes contendo a proposta técnica, conforme Aviso publicado no DOU de 15 de agosto de 2016, seção 3, edição extra, página 100.

1.2. Depois de abertos os envelopes e analisadas as propostas técnicas, a CEL acatou a proposição da licitante Verde Comércio de Madeiras Eireli, de dar continuidade à sessão e abrir os envelopes nº 3, contendo as propostas de preços, desde que todas as licitantes renunciassem ao prazo recursal, o que foi expressamente manifestado por todos os representantes e devidamente lavrado em ata.

1.3. Da análise das propostas técnicas, em conformidade com os critérios dispostos na tabela 1 do item 8.7.5. do edital, constatou-se que todas licitantes receberam 500 pontos para a UMF às quais concorreram, a saber: Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11), para as UMF I e II; b) Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP (CNPJ 06.036.051/0001-50) para a UMF III; c) J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.157.305/0001-86), para as UMF I, II e III; d) KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.303.571/0001-70), para as UMF I, II e III; e e) Verde Comércio de Madeiras Eireli (CNPJ 19.958.535/0001-06), para as UMF I, II e III.

Tabela 1 - Demonstrativo dos critérios, indicadores e seus pesos associados para as UMFs objeto do edital.

Critérios	Indicadores	Parâmetro / unidade	Limites		Pontuação do indicador
			Mínimo	Máximo	
C1 – Critério ambiental	A1	Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho de qualidade das operações florestais.	Alcance e manutenção do certificado	Não Sim	100

C2 – Critério social	A2	Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local.	R\$/hectare	0,50	1,00	100
C3 – Critério eficiência	A3	Adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal.	Comprometimento com a adoção das técnicas definidas em edital	Não	Sim	100
C4 – Critério agregação valor	A4	Grau de processamento local do produto florestal.	Fator de agregação de valor	4	8	200
Total						500

1.4. O resultado do julgamento das propostas técnicas foi comunicado e registrado em ata, da mesma forma que a renúncia de todas as licitantes ao prazo recursal. Na sequência, foram abertos os envelopes contendo as propostas de preços, sendo suspensa a sessão para que a CEL procedesse à análise posterior de todas as propostas, cujo resultado passa-se agora a apresentar.

2. Análise da proposta de preço.

2.1. Foram abertas as seguintes propostas de preço das licitantes, a seguir:

UMF	Licitante	Proposta de preço
I	Benevides Madeiras Ltda.	R\$ 133,04
	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	R\$ 106,55
	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.	R\$ 107,97
	Verde Comércio de Madeiras Eireli	R\$ 91,00
II	Benevides Madeiras Ltda.	R\$ 133,04
	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	R\$ 106,55
	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.	R\$ 107,97
	Verde Comércio de Madeiras Eireli	R\$ 102,00
III	Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP	R\$ 133,22
	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	R\$ 106,55
	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.	R\$ 107,97
	Verde Comércio de Madeiras Eireli	R\$ 95,00

2.2. Seguindo os critérios dispostos nos itens 8.8.5 e 8.8.6 do edital, a pontuação das propostas de preço das licitantes é a seguinte:

UMF	Pontuação	Licitante
I	500,00	Benevides Madeiras Ltda.
	405,78	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	400,44	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	342,00	Verde Comércio de Madeiras Eireli
II	500,00	Benevides Madeiras Ltda.
	411,72	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	405,78	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	383,34	Verde Comércio de Madeiras Eireli
III	500,00	Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP
	405,23	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	399,90	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	356,55	Verde Comércio de Madeiras Eireli

2.3. Na forma do item 8.3 do edital de licitação, a classificação das licitantes é a seguinte:

UMF	Colocação	Total de pontos	Licitante
I	1º	1.000,00	Benevides Madeiras Ltda.
	2º	905,78	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	3º	900,44	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	4º	842,00	Verde Comércio de Madeiras Eireli
II	1º	1.000,00	Benevides Madeiras Ltda.
	2º	911,72	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	3º	905,78	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	4º	883,34	Verde Comércio de Madeiras Eireli
III	1º	1.000,00	Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP
	2º	905,23	KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda.
	3º	899,90	J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
	4º	856,55	Verde Comércio de Madeiras Eireli

2.4. Conforme previsto no item 8.8.9 do edital de licitação, as propostas foram avaliadas quanto às informações apresentadas por meio do formulário Memória de Cálculo da Proposta, entregues pelas licitantes.

2.5. Destacam-se as seguintes observações entre as licitantes:

- a) expressiva variação de custos de implantação e operação;
- b) notória variação na previsão de receita; e
- c) variação substancial no ágio sobre preço mínimo do edital.

2.6. Conforme previsto na Lei nº 11.284/2006, art. 3º, VII, a licitante vencedora terá o direito de praticar o manejo florestal sustentável, por sua conta e risco e por prazo determinado. Deverão ser considerados os seguintes componentes de uma matriz de risco, de responsabilidade exclusiva dos licitantes, entre outros:


- a) demanda comercial e preços de venda de produtos inferiores aos projetados pelos licitantes;
- b) aumento do custo de capital, inclusive resultantes de aumentos das taxas de juros;
- c) variações nas taxas de câmbio; e
- d) perda da capacidade financeira de execução do objeto da licitação.


2.7. Dessa forma, recomenda-se que a gestão do negócio seja tratada com as melhores práticas de controle econômico-financeiro que permitam às licitantes vencedoras melhor desempenho frente às oscilações de mercado.

2.8. Diante do exposto a CEL julga vencedoras da Concorrência nº 01/2015:

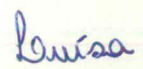
- a) para a UMF I: a vencedora foi a empresa Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11) com 1.000 (mil pontos);
- b) para a UMF II: a vencedora foi a empresa Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11) com 1.000 (mil pontos); e
- c) para a UMF III: a vencedora foi a empresa Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP (CNPJ 06.036.051/0001-50) com 1.000 (mil pontos).

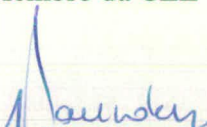
Brasília/DF, 06 de outubro de 2016.

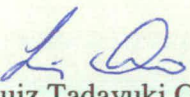

Mario Adilson Gerami
Vice-Presidente da CEL


Paulo Sérgio Camargo
Membro da CEL

Eduardo Riviello de Andrade Humbert
Membro da CEL


Luísa Resende Rocha
Membro da CEL


Jacqueline Gonçalves Saunders
Membro da CEL


Luiz Tadayuki Ono
Membro da CEL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

CONCORRÊNCIA N.º 001/2015
(Processo 02080.000160/2010-11)

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

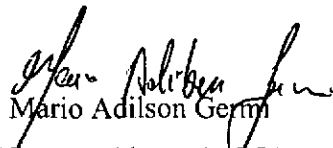
Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniram-se, às nove horas, em sessão pública, no auditório do Cenaflo, situado na sede do Serviço Florestal Brasileiro, no SCEN, Bloco H, Trecho 02, CEP 70818-900, Brasília/DF, Mario Adilson Germi (matrícula SIAPE nº 2157459), Paulo Sérgio Camargo (matrícula SIAPE nº 3474474), Luiz Tadayuki Ono (matrícula SIAPE nº 16987391), Jacqueline Gonçalves Saunders (matrícula SIAPE nº 2174124) e Eduardo Riviello de Andrade Humbert (matrícula SIAPE nº 1660750), todos membros da Comissão Especial de Licitação (CEL), instituída pela Portaria/SFB nº 101, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de agosto de 2015, seção 2, página 54, incumbida de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Concorrência nº 001/2015 (Processo 02080.000160/2010-11), que tem como objeto a concessão florestal de lote de unidades de manejo florestal (UMF) na Floresta Nacional de Caxiuanã, no Pará, a fim de proceder à abertura dos envelopes contendo a proposta técnica, conforme Aviso publicado no DOU de 15 de agosto de 2016, seção 3, edição extra, página 100. Abertos os trabalhos, verificou-se a presença das seguintes licitantes e seus respectivos representantes: Benevides Madeiras Ltda. – Mauro Roberto do Vale Martins, CPF [REDACTED]; Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. – Rodrigo Montezano Cardoso, CPF [REDACTED]; J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. – Leidinária Rosário Brito, CPF [REDACTED]; KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. – Daniel Sena de Souza, CPF [REDACTED]; Verde Comércio de Madeiras Eireli – Estela Neves Souza Albuquerque, CPF [REDACTED]. Todos os envelopes contendo a proposta técnica estavam devidamente lacrados e rubricados. Passou-se, então, a rubricar, pelos membros da CEL e pelos representantes das licitantes, os documentos constantes dos envelopes: a) **Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11)**, para a UMF I, com 3 folhas; para a UMF II, com 3 folhas; b) **Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP (CNPJ 06.036.051/0001-50)** para a UMF III, com 1 folha; c) **J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.157.305/0001-86)**, para a UMF I, com 1 folha; para a UMF II, com 1 folha; e para a UMF III, com 1 folha; d)

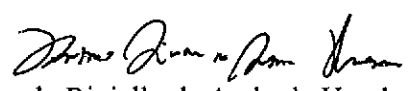
[Assinaturas manuscritas]

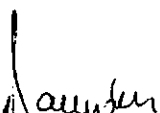
17059/16

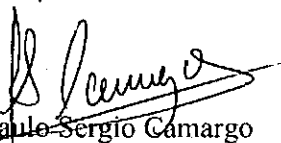
KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.303.571/0001-70), para a UMF I, com 1 folha; para a UMF II, com 1 folha; e para a UMF III, com 1 folha; e) **Verde Comércio de Madeiras Eireli (CNPJ 19.958.535/0001-06)**, para a UMF I, com 1 folha; para a UMF II, com 1 folha; e para a UMF III, com 1 folha. Concluída a fase de rubrica das propostas técnicas, a representante da licitante **Verde Comércio de Madeiras Eireli** questionou se não seria possível prolatar, nesta sessão, o resultado de julgamento das propostas técnicas, de modo a que, caso todas as licitantes viessem a renunciar ao prazo de recurso, fossem abertos os envelopes nº 3, contendo as propostas de preço. O Vice-presidente, consultando os demais membros da CEL, concordou com o pleito, suspendendo a sessão por trinta minutos para preparar o quadro contendo a pontuação e a ordem de classificação das licitantes. Reabertos os trabalhos, foi comunicado o resultado desta fase do certame, como segue: todas as licitantes receberam a pontuação máxima – 500 pontos – em suas propostas técnicas e atenderam aos requisitos do edital, restando, portanto, classificadas e aptas a participar da fase seguinte do certame. Na sequência, todas as licitantes expressamente renunciaram ao prazo recursal, passando-se à abertura dos envelopes nº 3, os quais se encontravam devidamente lacrados e rubricados, e à rubrica de todos os documentos neles constantes, quais sejam: a) **Benevides Madeiras Ltda. (CNPJ 03.278.503/0001-11)**, para a UMF I, R\$ 133,04 (cento e trinta e três reais e quatro centavos), contendo 15 folhas; para a UMF II, R\$ 133,04 (cento e trinta e três reais e quatro centavos), contendo 15 folhas; b) **Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda. EPP (CNPJ 06.036.051/0001-50)** para a UMF III, R\$ 133,22 (cento e trinta e três reais e vinte e dois centavos), contendo 15 folhas; c) **J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.157.305/0001-86)**, para a UMF I, R\$ 106,55 (cento e seis reais e cinquenta e cinco centavos), contendo 6 folhas; para a UMF II, R\$ 109,55 (cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos), contendo 6 folhas; e para a UMF III, R\$ 106,55 (cento e seis reais e cinquenta e cinco centavos), contendo 6 folhas; d) **KM Comércio e Exportação de Madeiras Ltda. (CNPJ 09.303.571/0001-70)**, para a UMF I, R\$ 107,97 (cento e sete reais e noventa e sete centavos), contendo 6 folhas; para a UMF II, R\$ 107,97 (cento e sete reais e noventa e sete centavos), contendo 6 folhas; e para a UMF III, R\$ 107,97 (cento e sete reais e noventa e sete centavos), contendo 7 folhas; e) **Verde Comércio de Madeiras Eireli (CNPJ 19.958.535/0001-06)**, para a UMF I, R\$ 91,00 (noventa e um reais), contendo 16 folhas e uma mídia digital (CD-ROM); para a UMF II, R\$ 102,00 (cento e dois reais), contendo 16 folhas e uma mídia digital (CD-ROM); e para a UMF III, R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), contendo com 16 folhas e uma mídia digital (CD-ROM). Depois de rubricados todos os documentos que integram as propostas de preços, foi aberta a palavra aos representantes das licitantes para que, querendo, fizessem constar algum registro em ata. Nenhum representante fez uso da palavra. Não havendo mais nada a tratar, a sessão foi suspensa às 11:10h, para a análise e julgamento das propostas de preço, o que será oportunamente comunicado às licitantes e publicado no DOU. Redigida a presente ata, segue assinada pelos membros da CEL e pelos representantes credenciados das licitantes.


Brasília/DF, 26 de setembro de 2016.



Mario Adilson Germi
Vice-Presidente da CEL



Eduardo Riviello de Andrade Humbert
Membro da CEL

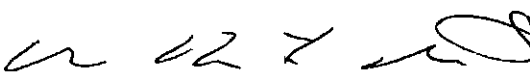

Jacqueline Gonçalves Saunders
Membro da CEL



Paulo Sérgio Camargo
Membro da CEL

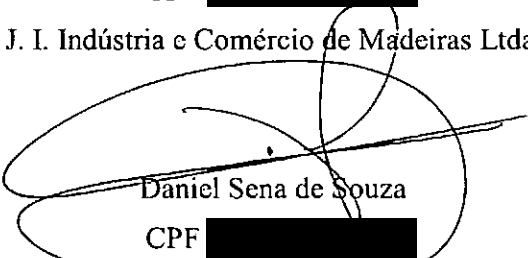

Rodrigo Montezano Cardoso
CPF [REDACTED]
Cemal Comércio Ecológico de Madeiras
Ltda.


Estela Neves de Souza Albuquerque
CPF [REDACTED]
Verde Comércio de Madeiras Eireli


Luiz Tadayuki Ono
Membro da CEL


Mauro Roberto do Vale Martins
CPF [REDACTED]
Benevides Madeiras Ltda.


Leidinária Rosário Brito,
CPF [REDACTED]
J. I. Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.


Daniel Sena de Souza
CPF [REDACTED]
KM Comércio e Exportação de Madeiras
Ltda.

ANEXO 12

FICHAS DE PARAMETRIZAÇÃO DE INDICADORES PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO E BONIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCESSÃO FLORESTAL DA FLONA DE CAXIUANÃ

Tabela 1 – Descrição dos indicadores.

Indicadores	Classificatório	Bonificador
A1 – Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho de qualidade das operações florestais.	X	
A2 – Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local.	X	
A3 – Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal.	X	
A4 – Grau de processamento local do produto florestal.	X	X
B1 – Apoio e participação em projetos de pesquisa.		X
B2 – Geração de empregos pela concessão florestal.		X
B3 – Capacitação dos empregados.		X
B4 – Implantação e manutenção de sistema de gestão integrada de qualidade em saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social		X
B5 – Aproveitamento de resíduos florestais.		X
B6 – Implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade e ambiental na indústria.		X

Tabela 2 – Ponderação dos critérios e indicadores.

Critérios		Indicadores	Pontos totais dos critérios
Critério Ambiental	A1	Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho de qualidade das operações florestais.	100
Critério social	A2	Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local.	100
Eficiência	A3	Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal.	100
Agregação de valor	A4	Grau de processamento local do produto florestal.	200

Tabela 3 – Bonificadores e percentuais de desconto sobre a proposta de preço.

Indicadores	Percentual de bonificação (em %)
A4 – Grau de processamento local do produto florestal.	30
B1 – Apoio e participação em projetos de pesquisa.	15
B2 – Geração de empregos pela concessão florestal.	10
B3 – Capacitação dos empregados.	5
B4 – Implantação e manutenção de sistema de gestão integrada de qualidade em saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social.	5
B5 – Aproveitamento de resíduos florestais.	15
B6 – Implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade e ambiental na Indústria.	7
Limite de bonificação do edital	87%

FICHA DE PARAMETRIZAÇÃO DE INDICADOR CLASSIFICATÓRIO**A1****1. Identificação:**

Critério	Menor impacto ambiental.
Indicador	Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho de qualidade das operações florestais.
Parâmetro de desempenho	Certificação florestal independente.
Aplicação	(X) Classificatório () Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do indicador	<p>Certificação florestal independente das operações realizadas na unidade de manejo florestal objeto da concessão florestal, expedida por entidade credenciada por pelo menos um dos seguintes sistemas:</p> <ul style="list-style-type: none">• FSC – Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council);• Cerflor – Programa Brasileiro de Certificação Florestal; <p>Poderão ser considerados outros sistemas de certificação reconhecidos em ato próprio pelo Serviço Florestal Brasileiro.</p>
-------------------------------	--

**Intervalo de
variação**

() Sim () Não

Classificação	Será conferida a pontuação máxima do indicador aos proponentes que se comprometerem com a certificação florestal marcando “sim”. Não pontuarão os proponentes que assinalarem “não”.
----------------------	--

**Periodicidade e
prazo de
apuração**

Anual, a partir da aprovação do terceiro Plano Operacional Anual (POA).

Bonificação	Não se aplica.
--------------------	----------------

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Apresentação de certificado válido;
- Sumários executivos e relatórios de certificação; e
- Consultas às organizações certificadoras.

FICHA DE PARAMETRIZAÇÃO DE INDICADOR CLASSIFICATÓRIO**A2****1. Identificação:****Critério** Maior benefício social.**Indicador** Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local.**Parâmetro de desempenho** Valor investido nas comunidades locais em bens e serviços.**Aplicação** (X) Classificatório () Bonificador**2. Parametrização:****Descrição do parâmetro de desempenho**

Valor anual destinado para investimento em comunidades locais, em equipamentos sociais, bens e serviços definidos a partir de propostas aprovadas pelos Conselhos de Meio Ambiente dos Municípios de Portel e Melgaço.

O valor anual será expresso em reais (R\$) por hectare da área total da Unidade de Manejo Florestal pretendida pelo licitante, a ser depositado em conta específica para este fim.

Os valores ofertados serão reajustados anualmente pelo mesmo índice de reajuste dos preços florestais definido no item 14.5.1 do edital de licitação.

Intervalo de variação

Intervalo de variação do indicador: entre R\$ 0,50 e R\$ 1,00 por hectare.

Classificação

O licitante que apresentar a proposta com o maior valor anual expresso em R\$/ha por ano, dentro do intervalo de variação, receberá a pontuação máxima do indicador. As demais propostas serão pontuadas de forma diretamente proporcional à proposta vencedora, de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{Pontos} = \left(\frac{PLic}{PV} \right) \times TP$$

Em que:

PLic – Proposta do licitante;

PV – Proposta vencedora;

TP – Total de pontos do indicador.

Periodicidade e prazo de apuração

Anual, a partir da aprovação do segundo Plano Operacional Anual (POA).

Bonificação

Não se aplica.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, os seguintes meios de verificação:

- Extratos de conta bancária específica;
- Prestação de contas dos investimentos realizados;
- Atas de reuniões dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos Municípios de Portel e Melgaço; e
- Verificação e medições *in loco* dos investimentos.

FICHA DE PARAMETRIZAÇÃO DE INDICADOR CLASSIFICATÓRIO**A3****1. Identificação:**

Critério	Maior eficiência.
Indicador	Adoção de inovações técnicas e tecnológicas associadas ao manejo florestal.
Parâmetro de desempenho	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal.
Aplicação	(X) Classificatório () Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	Adoção de Modelo Digital de Exploração Florestal como metodologia para planejamento, controle e monitoramento das operações florestais.		
Intervalo de variação	() Sim () Não		
Classificação	Será conferida a pontuação máxima do indicador aos proponentes que se comprometerem com a adoção de Modelo Digital de Exploração Digital, marcando “sim”. Não pontuarão os proponentes que assinalarem “não”.		
Periodicidade e prazo de apuração	Anual, a partir da aprovação do segundo Plano Operacional Anual (POA).		
Bonificação	Não se aplica.		

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, os seguintes meios de verificação:

- Análise de POAs;
- Visitas de campo;
- Análise de relatórios e mapas; e
- Análise de banco de dados georreferenciados.

FICHA DE PARAMETRIZAÇÃO DE INDICADOR CLASSIFICATÓRIO

A4

1. Identificação:

Critério	Maior agregação de valor ao produto florestal na região da concessão florestal.
Indicador	Grau de processamento local do produto florestal.
Parâmetro de desempenho	Valor adicionado à madeira em tora extraída da UMF, por meio de unidades de processamento localizadas na área de influência da concessão florestal.
Aplicação	(X) Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho

O grau de processamento local do produto florestal é verificado por meio do Fator de Agregação de Valor (FAV), que mede a relação entre o preço de venda dos produtos oriundos das toras produzidas na UMF e o preço mínimo do edital para o produto tora. O cálculo é realizado a partir da relação entre a receita obtida com a venda dos produtos oriundos das toras produzidas na UMF e o valor dessas toras, com base no Preço Mínimo do Edital.

$$\text{Fator de Agregação de Valor (FAV)} = \left(\frac{A}{B} \right) \times \left(\frac{C}{D} \right)$$

Em que:

A= Receita bruta obtida a partir da comercialização de toras ou produtos, processados pelo concessionário ou terceirizado, em um raio de até 150 km de distância dos limites da floresta nacional de Caxiuanã, oriundos das toras produzidas na UMF durante o período de apuração.

B= Valor das toras produzidas durante o período de apuração, com base no Preço Mínimo do Edital, corrigido pelo índice de reajuste do contrato.

C = Volume anual de toras (em m³), com origem na UMF, processadas diretamente pelo concessionário ou terceirizado em plantas industriais localizadas nos municípios situados em um raio de até 150 km de distância dos limites da floresta nacional de Caxiuanã.

D = Volume total de toras (em m³) extraídas da UMF pelo concessionário durante o ano.

Para fins de contabilização do volume processado por empresas terceirizadas, serão exigidas: (i) a apresentação de contrato formal entre o concessionário e a empresa terceirizada; (ii) a adoção pela empresa terceirizada do sistema de cadeia de custódia; (iii) demonstração de faturamento do produto processado em favor do concessionário; (iv) a apresentação de todos os documentos necessários para a apuração do indicador.

Intervalo de variação	Mínimo – 4. Máximo – 8.
Classificação	O licitante que apresentar o maior FAV receberá 100% dos pontos e os demais receberão pontuação diretamente proporcional à proposta vencedora.
Periodicidade e prazo de apuração	<p>Anual, a partir da aprovação do segundo Plano Operacional Anual, conforme gradação a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Alcance de no mínimo 50% da proposta na primeira avaliação anual; – Alcance de no mínimo 70% da proposta na segunda avaliação anual; – Alcance de no mínimo 90% da proposta na terceira avaliação anual; – Alcance pleno da proposta a partir da quarta avaliação anual.
Bonificação	Será concedida bonificação de 2% para de cada 1 ponto acima da proposta técnica, até o limite de 30%.
Aplicação	O indicador será apurado anualmente a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, os seguintes meios de verificação:

- Documentação de origem florestal;
- Guias de Recolhimento da União (GRUs);
- Análises do processamento industrial;
- Sistema de cadeia de custódia dos produtos;
- Dados, informações e relatórios do concessionário;
- Notas fiscais de venda de produtos; e
- Checagens de campo.

**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE
BONIFICADOR**

B1

1. Identificação:

Critério	Menor impacto ambiental.
Indicador	Apoio e participação em projetos de pesquisa.
Parâmetro de desempenho	Projetos de pesquisa desenvolvidos na unidade de manejo florestal formalizados com instituições de pesquisa.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	<p>Projetos de pesquisa direcionados à ecologia, ao manejo florestal, à utilização e à conservação de florestas tropicais e aspectos sociais e culturais associados, executados com o apoio do concessionário e em áreas da unidade de manejo florestal. Entende-se que o apoio do concessionário ao projeto de pesquisa poderá ser, entre outros, na forma de apoio logístico, de pessoal e/ou equipamentos.</p> <p>Um projeto de pesquisa será considerado para efeitos de bonificação quando presentes as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acordo formal entre o concessionário e uma instituição de pesquisa, incluindo as condições de apoio efetivo do concessionário ao projeto de pesquisa e a vigência do projeto de pesquisa. • Apresentação de um dos seguintes documentos com resultados do projeto de pesquisa: <ul style="list-style-type: none"> – Publicação científica em revista indexada; – Tese, aprovada; – Dissertação, aprovada; – Monografia, aprovada; – Trabalho de conclusão de curso de graduação, aprovado. • Para fins desse indicador, a tese, a dissertação, a monografia e o trabalho de conclusão de curso tenham sido aprovados em avaliação final por seus respectivos examinadores (banca ou professor encarregado).
Regras de aplicação da bonificação	<p>O concessionário receberá bonificação de acordo com o número anual de produtos de pesquisa reportados no período de apuração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 produtos de pesquisa – desconto de 5% sobre o valor por m³ da madeira; • 3 a 4 produtos de pesquisa – desconto de 10% sobre o valor por m³ da

madeira;

- 5 ou mais produtos de pesquisa – desconto de 15% sobre o valor por m³ da madeira.

Apuração

O indicador será apurado anualmente a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Acordo formal entre o concessionário e uma instituição de pesquisa;
- Relatório anual;
- Relatórios de pesquisa;
- Publicações; e
- Verificações de campo.

**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE
BONIFICADOR**

B2

1. Identificação:

Critério	Maior benefício social.
Indicador	Geração de empregos pela concessão florestal.
Parâmetro de desempenho	Estoque anual médio de empregados na concessão florestal.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Estoque médio de empregados e trabalhadores próprios ou terceirizados nas atividades florestais e industriais associadas à concessão florestal.

O número é dado pelo estoque médio de empregados mantidos pelo concessionário no período anual (janeiro a dezembro) nas atividades florestal e industrial.

Para a contabilização dos trabalhadores terceirizados, será exigida a apresentação de contrato formal entre o concessionário e a empresa terceirizada, acompanhado dos dados e da função exercida por cada trabalhador terceirizado.

Estoque anual médio de empregados (EE) = EEI + EEF

em que:

**Descrição do
parâmetro de
desempenho**

$$EEI = \left(\frac{\sum_{jan}^{dez} eei}{12} \right) \times \left(\frac{VC}{VT} \right)$$

$$EEF = \left(\frac{\sum_{jan}^{dez} eef}{12} \right)$$

em que:

EEI = estoque anual médio de empregados na indústria. O cálculo do número de empregados na indústria será realizado de forma proporcional ao volume processado oriundo da concessão florestal;

EEF = estoque anual médio de empregados na Unidade de Manejo

Florestal (UMF);
eei = estoque mensal de empregados na indústria;
eef= estoque mensal de empregados na Unidade de Manejo Florestal (UMF);
VC – volume processado oriundo da concessão florestal;
VT – volume total processado na unidade industrial.

Estoque anual médio de empregados (EE) mínimo por UMF para a aplicação da bonificação:

- UMF I – 60 empregados;
- UMF II – 150 empregados;
- UMF III – 90 empregados;

Regras de aplicação da bonificação

Parâmetros para a aplicação da bonificação:

- UMF I – 2% de bonificação para cada empregado acima do número mínimo de empregados para bonificação, até um limite de 10%;
- UMF II – 1% de bonificação para cada 2 empregados acima do número mínimo de empregados para bonificação, até um limite de 10%;
- UMF III – 1% de bonificação para cada empregado acima do número mínimo de empregados para bonificação, até um limite de 10%;

Apuração

O indicador será apurado anualmente a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011.

3. Meios de verificação:

Deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Registros na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
- Folha de pagamento;
- Contratos de terceirização (quando necessário);
- Documento de Origem Florestal (DOF); e
- Sistema de Cadeia de Custódia (SCC).

4. Definições:

Termo	Definição
	Estoque mensal de empregados do concessionário nos municípios situados em um raio de até 150 km de distância dos limites da floresta nacional licitada. Será considerado o estoque de empregados no início de cada mês, somado as admissões e descontadas as demissões no mesmo mês. Serão considerados os trabalhadores da Unidade de Manejo Florestal (eef) e os trabalhadores das unidades industriais de processamento responsáveis pela transformação das toras oriundas da UMF (eei).
Estoque mensal de empregados (ee)	<p>Para fins de contagem deste indicador, será computado como 1 empregado no mês, o funcionário com carteira assinada que comprovadamente esteja contratado por pelo menos 15 dias durante o referido mês.</p> <p>Poderão ser contabilizados os empregados de mais de uma unidade industrial de processamento pertencente, ou não, ao concessionário ou ao consórcio vencedor da licitação, desde que atendam ao critério de localização, processem matéria-prima oriunda da concessão florestal e adotem o sistema de controle de cadeia de custódia definido pelo SFB.</p>

**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE
BONIFICADOR**

B3

1. Identificação:

Critério	Maior benefício social.
Indicador	Capacitação dos empregados.
Parâmetro de desempenho	Investimentos na capacitação de empregados.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	Investimentos na capacitação e no treinamento de empregados em atividades ligadas ao manejo florestal sustentável, à industrialização de produtos florestais e à gestão e administração de negócios. Serão elegíveis capacitações e treinamentos pontuais e contínuos que possuam comprovantes de despesas, relatórios de atividades e certificados de treinamento para cada trabalhador.
Regras de aplicação da bonificação	Serão bonificados investimentos em qualificação de mão de obra de 80% do valor comprovado dos gastos em instrutoria, até o limite de 5% sobre o preço do m ³ de tora produzida.
Apuração	O indicador será apurado anualmente a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011.

3. Meios de verificação:

Deverão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Apresentação de comprovantes de despesas;
- Relatórios executivos com registros fotográficos;
- Certificados por trabalhador capacitado; e
- Outros.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE DE BONIFICAÇÃO

B4

1. Identificação:

Critério	Maior benefício social.
Indicador	Implantação e manutenção de sistema de gestão integrada de qualidade em saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social.
Parâmetro de desempenho	Certificação independente.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	<p>Certificação da empresa concessionária em sistemas de gestão de qualidade, em saúde e segurança no trabalho e de gestão de responsabilidade social, por meio de um dos seguintes sistemas:</p> <p>1. Certificação de gestão de qualidade em saúde e segurança no trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Série OHSAS 18001; • Série ISO 18.000; <p>2. Certificação do sistema de gestão de responsabilidade social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SA 8.000; • NBR 16.001. <p>Poderão ser aceitos outros sistemas e normas de certificação, de acordo com análise e decisão do SFB.</p>
Regras de aplicação da bonificação	<p>A bonificação se aplica a partir da apuração da comprovação do alcance do certificado e é renovável anualmente, de acordo com a validade do certificado, com base nos seguintes percentuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificação de sistema de gestão de responsabilidade social – 2% sobre o preço do m³ da tora produzida; • Certificação de sistema de gestão de qualidade em saúde e segurança no trabalho – 3%; • Ambas certificações – 5%.
Apuração	Anualmente, a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011. A bonificação perderá efeito imediatamente após uma eventual perda da certificação.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Apresentação de certificado válido;
- Sumários executivos e relatórios de certificação; e
- Consultas às organizações certificadoras.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE DE BONIFICAÇÃO

B5

1. Identificação:

Critério	Maior eficiência.
Indicador	Aproveitamento de resíduos florestais.
Parâmetro de desempenho	Geração ou cogeração de energia, por meio do uso de resíduos florestais industriais.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	Implantação de sistema de geração ou cogeração de energia térmica ou elétrica e térmica a partir de resíduos florestais.
Regras para a aplicação da bonificação	<p>Geração e cogeração contínua de energia térmica e elétrica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Geração/cogeração de energia térmica – 70% do percentual máximo de bonificação do indicador; • Geração/cogeração contínua de energia elétrica e térmica – 100% do percentual máximo de bonificação do indicador. <p>Os prazos iniciam sua contagem a partir da entrada em operação dos equipamentos e a efetiva geração de energia.</p> <p>Industrialização de resíduos florestais para objetos de madeira e compactação para energia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de no mínimo 5% dos resíduos gerados na indústria – 2,5% de bonificação; • Utilização de no mínimo 10% dos resíduos gerados na indústria – 5,0% de bonificação; • Utilização de no mínimo 15% dos resíduos gerados na indústria – 7,5% de bonificação; • Utilização de no mínimo 20% dos resíduos gerados na indústria – 10% de bonificação; • Utilização acima de 25% dos resíduos gerados na indústria – 15% de bonificação.
Apuração	O indicador será apurado anualmente, a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados, isolada ou conjuntamente, os seguintes meios de verificação:

- Avaliação da central de geração de energia elétrica;
- Avaliação do histórico de consumo de energia elétrica da rede pública;
- Romaneio das unidades de consumo de energia térmica;
- Estudos de rendimento industrial;
- Notas fiscais;
- Medições *in loco*;
- Documento de origem florestal (DOF); e
- Sistema de cadeia de custódia (SCC)

4. Definições:

Termo	Definição
Geração e cogeração contínua.	Geração/cogeração de energia térmica e elétrica de forma contínua para o abastecimento industrial próprio ou comercialização.
Objetos de madeira.	Produtos gerados a partir do aproveitamento de resíduos sólidos de madeira oriundos do processamento primário, abrangendo objetos decorativos, móveis, componentes, bijuterias, entre outros.
Compactação de resíduos.	Resíduos de madeira prensados e compactados em alta pressão sem aglutinantes químicos para a produção de energia.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DE INDICADOR EXCLUSIVAMENTE DE BONIFICAÇÃO

B6

1. Identificação:

Critério	Maior eficiência.
Indicador	Implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade e ambiental na indústria.
Parâmetro de desempenho	Certificação independente.
Aplicação	() Classificatório (X) Bonificador

2. Parametrização:

Descrição do parâmetro de desempenho	<p>Certificação da empresa em sistemas de gestão de qualidade do processo industrial:</p> <p>1. certificação da empresa concessionária em sistema de gestão de qualidade e de sistema de gestão ambiental, por meio de uma das seguintes séries de normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Série ISO 9.000; • Série ISO 14.000. <p>Poderão ser aceitos outros sistemas e normas de certificação, de acordo com análise e decisão do SFB.</p>
Regras para bonificação	<p>A bonificação se aplica a partir da apuração da comprovação do alcance do certificado e é renovável anualmente, de acordo com sua validade e com os seguintes percentuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificação de sistema de gestão de qualidade – 5% de bonificação sobre o preço do produto madeira em tora; • Certificação de sistema de gestão ambiental – 2% de bonificação sobre o preço do produto madeira em tora; • Ambas certificações – 7%.
Apuração	Anualmente, a partir de solicitação do concessionário, conforme regras estabelecidas na Resolução SFB 04/2011. A bonificação perderá efeito imediatamente após uma eventual perda da certificação.

3. Meios de verificação:

Poderão ser utilizados os seguintes meios de verificação:

- Apresentação de certificado válido;
- Sumários executivos e relatórios de certificação; e
- Consultas às organizações certificadoras.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

FLORESTA NACIONAL DE CAXIUANÃ

AGOSTO/2015

SUMÁRIO

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS (PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS).....	3
2. SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES.....	4
3. OBJETO.	5
4. OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	6
5. DA VISITA ÀS UMFs.	6
6. DA REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES.....	6
7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO.	7
8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.	14
9. DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.	18
10. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS.	23
11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	23
12. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO FLORESTAL.	24
13. DAS GARANTIAS FINANCEIRAS DE PROPOSTA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO. ..	25
14. DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO FLORESTAL.	27
15. DOS CUSTOS DO EDITAL.....	29
16. DA BONIFICAÇÃO.	30
17. AUDITORIAS FLORESTAIS.	30
18. DOS BENS REVERSÍVEIS.	30
19. DOS RISCOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.	31
20. DO REEQUILÍBRIO DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.	31
21. DA INSTALAÇÃO E MEDIÇÃO DAS PARCELAS AMOSTRAIS PERMANENTES	31
22. DISPOSIÇÕES GERAIS.	31
23. DISPOSIÇÕES FINAIS.	33
ANEXOS DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2015.	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo dos critérios, indicadores e seus pesos associados para as UMFs objeto deste edital. .	16
Tabela 2 – Potencial produtivo anual estimado por Unidade de Manejo Florestal.	28

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO FLORESTAL

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

A União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, neste ato representado pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio de seu diretor-geral, Raimundo Deusdará Filho, brasileiro, casado, residente e domiciliado em [REDACTED], portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] MMA/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], nomeado pela Portaria nº 630, de 24 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 25 de março de 2015, nos termos dos arts. 49, § 1º, e 53, V, ambos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, conforme Contrato de Gestão assinado em 8 de março de 2010, com extrato publicado no DOU de 11 de março de 2010, cujo termo aditivo foi publicado no DOU de 08 de dezembro de 2014, ou o que venha a substituí-lo, por intermédio da Comissão Especial de Licitação (CEL) designada pela Portaria nº 101, de 21 de agosto de 2015, publicada no DOU nº 163, de 26 de agosto de 2015, seção 2, página 54, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Concorrência, do tipo técnica e preço, por itens, de acordo com o art. 45, §1º, III, da Lei nº 8.666/1993, o art. 26 da Lei nº 11.284/2006, a Lei nº 8.987/1995, as disposições do Decreto nº 6.063/2007, a Resolução SFB nº 25, de 02 de abril de 2014 e demais Resoluções que tratam do tema, nos termos do processo administrativo nº 02080.000160/2010. A licitação seguirá as disposições legais e será realizada em sessão pública, de acordo com as seguintes condições.

1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS (PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇOS).

- 1.1. O interessado deve apresentar três envelopes distintos: um que contenha os documentos de habilitação, um que contenha a proposta técnica e um que contenha a proposta de preço. Esses três envelopes de documentação e de propostas deverão ser entregues, pessoalmente, no Setor de Protocolo do Serviço Florestal Brasileiro, situado no SCEN, Avenida L4 Norte, Trecho 02, Bloco G, em Brasília/DF, até as 17 horas do dia 15 de dezembro de 2015, ou enviados por via postal para o endereço: Serviço Florestal Brasileiro, Caixa Postal 4349, CEP 70904-970. Somente serão aceitos documentos que estiverem nessa caixa postal até às 17 horas do dia 15 de dezembro de 2015.
- 1.2. Os envelopes de documentação de habilitação e de propostas enviados por via postal deverão ser acondicionados em um envelope externo, assim identificado:

Concorrência nº 01/2015 – Concessão Florestal
Serviço Florestal Brasileiro, Caixa Postal 4349
CEP 70904-970

- 1.3. Somente serão aceitos, para participar do certame, os envelopes enviados com “aviso de recebimento” e entregues até o horário e a data indicados no item 1.1. O SFB não aceitará, para participação regular no certame, envelopes encaminhados via postal que cheguem após o prazo supra indicado.
- 1.4. Os envelopes de habilitação e das propostas técnica e de preço deverão ser apresentados separadamente, conforme modelo indicado no item 1.6 deste edital.
- 1.5. Os envelopes de habilitação e de propostas não poderão ser entregues na própria sessão pública de abertura dos envelopes de habilitação.
- 1.6. Os envelopes nº 1, nº 2 e nº 3 serão entregues devidamente lacrados, indicando em sua parte externa:

ENVELOPE Nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2015
UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL (UMF) Nº XX
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA TÉCNICA
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2015
UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL (UMF) Nº XX
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

ENVELOPE Nº 3

PROPOSTA DE PREÇO
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2015
UNIDADE DE MANEJO FLORESTAL (UMF) Nº XX
(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)
(CNPJ)

2. SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

- 2.1. A sessão de abertura dos envelopes de habilitação será realizada no dia 16 de dezembro de 2015, às 10 horas, na Sala Multimídia do prédio do Cenaflor, no edifício sede do Serviço Florestal Brasileiro, localizado no SCEN Trecho 02– Brasília/DF.

2.2. No local indicado, serão realizados, em datas devidamente marcadas, os procedimentos de abertura dos envelopes de:

2.2.1. Documentos de Habilitação e verificação da situação da licitante perante o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), envelope nº 1;

2.2.2. Proposta Técnica das licitantes habilitadas, envelope nº 2;

2.2.3. Proposta de Preços das licitantes classificadas na etapa anterior, envelope nº 3.

3. OBJETO.

3.1. A presente licitação tem por objeto delegar o direito de praticar o manejo florestal sustentável para a exploração dos produtos florestais indicados neste edital em Unidades de Manejo Florestal (UMFs) localizadas na Floresta Nacional (Flona) de Caxiuanã, no estado do Pará, criada pelo Decreto nº 239, de 28 de novembro de 1961, em conformidade com seu Plano de Manejo, aprovado pela Portaria ICMBio nº141, de 14 de janeiro de 2013, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2013, conforme mapa e memorial descritivo constantes do Anexo1 deste edital. Fazem parte deste edital de licitação as seguintes UMFs:

UMF I – 37.365,15 hectares;

UMF II – 87.067,18 hectares;

UMF III – 52.168,08 hectares.

3.1.1. As UMFs serão objeto de propostas separadas.

3.1.2. As características das UMFs, o contexto socioeconômico da região de entorno, o histórico de antropização e a infraestrutura disponível se encontram descritos nos Anexos 2, 3, 4 e 5 deste edital, respectivamente.

3.1.3. As áreas das UMFs citadas no item 3.1 deste edital já incluem a Área de Reserva Absoluta, nos termos do art. 32, §§ 1º, 2º e 3º da Lei 11.284/2006.

3.2. A identificação dos produtos que poderão ser explorados, as condições especiais e as exclusões seguirão as definições contidas no Anexo 6 deste edital.

3.2.1. As condições especiais e exclusões poderão ser atualizadas pelo SFB.

3.3. O prazo do contrato de concessão florestal será de 40 (quarenta) anos, sem possibilidade de renovação.

4. OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES.

- 4.1. Informações e esclarecimentos sobre o presente edital e seus anexos poderão ser obtidos no Serviço Florestal Brasileiro, localizado no SCEN, Trecho 02, Bloco G, CEP 70818-900, em Brasília/DF, pelo endereço eletrônico concessao@florestal.gov.br e pelo telefone (61) 2028-7371, a partir da data de sua publicação até o dia 15 de dezembro de 2015. Também poderão ser obtidos os dados, estudos, notas técnicas e projetos que fundamentaram a elaboração do presente edital.
- 4.2. O presente edital e seus anexos estão à disposição das licitantes no endereço www.florestal.gov.br e podem também ser adquiridos na forma impressa pelo valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) na sede do Serviço Florestal Brasileiro, localizada no SCEN, Trecho 02, bloco H, em Brasília-DF.

5. DA VISITA ÀS UMFs.

- 5.1. Fica facultado aos interessados a realização de visitas de reconhecimento e de levantamento de dados adicionais sobre a UMF, em conformidade com o inciso VI do art. 20 da Lei 11.284/2006.
- 5.2. As visitas de reconhecimento ocorrerão nas datas entre 26/09/2015 e 30/09/2015, entre 24/10/2015 e 28/10/2015 e entre 14/11/2015 e 18/11/2015, e deverão ser agendadas junto ao SFB, com antecedência mínima de cinco dias, por meio do correio eletrônico concessao@florestal.gov.br ou pelo telefone (61) 2028-7371, conforme detalhamento apresentado no Anexo 7 deste edital.
- 5.3. Para visitas de levantamento de dados adicionais, os interessados devem encaminhar requisição por escrito, por meio do correio eletrônico concessao@florestal.gov.br, ao Serviço Florestal Brasileiro, com antecedência mínima de 15 dias, nos termos do Anexo 7 deste edital.
- 5.4. As autorizações para a visita de reconhecimento e para o levantamento de informações complementares serão condicionadas à anuência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e às regras estabelecidas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC).

6. DA REPRESENTAÇÃO DAS LICITANTES.

- 6.1. As licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representadas por:
 - 6.1.1. titular da empresa licitante, que deverá apresentar cédula de identidade e registro comercial, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores e inscrição do ato constitutivo e, no caso de sociedades simples, de prova de

diretoria em exercício; ou

- 6.1.2. pessoa designada pela licitante, que deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, com poderes específicos para praticar todos os atos pertinentes ao certame, e o registro comercial, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores e inscrição do ato constitutivo e, no caso de sociedades simples, de prova de diretoria em exercício.
- 6.2. Os documentos de representação para credenciar representantes nas fases do procedimento licitatório devem ser apresentados à CEL no início dos trabalhos, isto é, antes da abertura dos envelopes Documentação e Proposta ou quando a CEL exigir.
- 6.3. A não apresentação do credenciamento não inabilitará a licitante, porém implicará a proibição de manifestações e de resposta em nome da licitante.
- 6.4. Serão admitidos os representantes cadastrados como tais no Sicaf.
- 6.5. Somente será aceita a efetiva participação de um representante de cada licitante.
- 6.6. É vedado a uma mesma pessoa representar mais de uma licitante.
- 6.7. Toda a documentação firmada por representante e apresentada pela licitante deve estar acompanhada de comprovação que respalde a competência do representante legal à época da emissão do documento.

7. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO.

- 7.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas, incluindo empresas e associações de comunidades locais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) e cooperativas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no País, cadastradas ou não no Sicaf, e que atendam às condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
 - 7.1.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
 - 7.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 7.2.2. com débitos inscritos na dívida ativa relativos a infração ambiental nos órgãos integrantes do Sisnama na esfera federal e no estado e município onde a empresa está sediada;

7.2.3. com decisões condenatórias, com trânsito em julgado, em ações penais relativas a crime contra o meio ambiente ou a ordem tributária ou a crime previdenciário, observada a reabilitação de que trata o art. 93 do Código Penal;

7.2.4. que não sejam constituídas sob as leis brasileiras e não tenham sede e administração no Brasil;

7.2.5. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

7.2.6. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

7.3. Da documentação de habilitação (ENVELOPE Nº 1).

7.3.1. Documentos exigidos de todas as licitantes:

7.3.1.1. declaração de que a licitante não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme Anexo 8 deste edital;

7.3.1.2. declaração, observadas as penalidades cabíveis, da inexistência de fato impeditivo para a habilitação, conforme Anexo 8 deste edital;

7.3.1.3. comprovação de ausência de débitos inscritos na dívida ativa relativos a infração ambiental nos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) na esfera federal e no estado e município onde a empresa está sediada;

7.3.1.4. comprovação de ausência de decisões condenatórias transitadas em julgado em ações penais relativas a crime contra o meio ambiente ou a ordem tributária ou a crime previdenciário, na forma do art. 19, II, da Lei 11.284/2006;

7.3.1.5. declaração de que a empresa licitante elaborou de forma independente sua proposta técnica e de preço, conforme Anexo 8 deste edital.

7.3.1.6. declaração de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, conforme Anexo 8 deste edital.

7.3.1.7. balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três)

meses da data de apresentação da proposta;

7.3.1.7.1. Para empresas com data de criação inferior a dois anos, serão cobrados balanços e demonstrações compatíveis com seu tempo de existência.

7.3.1.8. comprovação de boa situação financeira baseada na obtenção de índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

7.3.1.9. declaração de aptidão financeira para a execução do contrato, conforme Anexo 8 deste edital;

7.3.1.10. certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.3.1.11. comprovante de prestação de garantia de proposta nos termos do art. 31, III, da Lei 8.666/1993, do subitem 13.1 e do Anexo 9 deste edital, com o Serviço Florestal Brasileiro como beneficiário, conforme os valores a seguir:

- a) UMF I – R\$ 37.365,15;
- b) UMF II – R\$ 87.067,18; e
- c) UMF III – R\$ 52.168,08.

7.3.1.12. comprovação do licitante de possuir vínculo, na data prevista para entrega da proposta, com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica compatível com o objeto da presente licitação.

7.3.1.12.1. o vínculo entre o profissional indicado e a licitante poderá ser comprovado mediante a apresentação, entre outros, de um dos seguintes documentos:

I. carteira de trabalho;

II. contrato de prestação de serviços;

III. contrato social no qual conste seu nome na condição de sócio;

IV. certidão de registro e quitação expedida pelo CREA, na qual conste o nome do profissional como responsável técnico ou integrante do quadro técnico da licitante;

V. declaração do profissional concordando com sua indicação para exercer a responsabilidade técnica em nome da licitante.

7.3.2. Documentos exigidos das licitantes não cadastradas no Sicaf.

7.3.2.1. Documentação relativa à habilitação jurídica:

7.3.2.1.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis de onde opera, com averbação no Registro de onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.2.1.2. inscrição do ato constitutivo, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

7.3.2.1.3. ata de fundação e estatuto social em vigor, com ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa.

7.3.2.2. Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:

7.3.2.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2.2.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

- 7.3.2.2.3. prova de regularidade para com as fazendas estadual e municipal da sede da licitante, quando for o caso, ou, no caso de isenção dos respectivos tributos, por meio de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
 - 7.3.2.2.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
 - 7.3.2.2.5. prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - 7.3.2.2.6. caso o licitante seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição, passível de saneamento conforme item 7.8 deste Edital.
- 7.3.3. Documentos dispensáveis para as licitantes registradas no Sicafe, de acordo com o nível de seu cadastro e as previsões constantes da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 11 de outubro de 2010.
- 7.3.3.1. Nível credenciamento: a licitante deve apresentar todos os documentos estabelecidos no item 7.3.2 deste edital.
 - 7.3.3.2. Nível habilitação jurídica: a licitante deverá apresentar os documentos listados no item 7.3.2, excetuando-se os documentos dos subitens 7.3.2.1.1 e 7.3.2.1.2.
 - 7.3.3.3. Nível regularidade fiscal federal: a licitante deverá apresentar os documentos listados no item 7.3.2, excetuando-se os documentos dos subitens 7.3.2.2.2 e 7.3.2.2.5.
 - 7.3.3.4. Nível regularidade fiscal estadual/municipal: a licitante deverá apresentar os documentos listados no item 7.3.2, excetuando-se os documentos dos subitens 7.3.2.2.2, no que concerne aos âmbitos estadual e municipal, e 7.3.2.2.3.
 - 7.3.3.5. Nível qualificação econômico-financeira: a licitante deverá apresentar

os documentos listados no item 7.3.1, excetuando-se os documentos dos subitens 7.3.1.7 e 7.3.1.8.

- 7.3.4. A comprovação da regularidade fiscal, da habilitação jurídica e da qualificação econômico-financeira por meio de consulta ao Sicaf das empresas que se encontram cadastradas será realizada *on-line*, durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação. Após a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada empresa, que serão assinadas pelos membros da CEL e por todos os representantes das licitantes presentes e juntadas aos autos do processo licitatório.
- 7.4. A habilitação far-se-á com a verificação de que a licitante entregou todos os documentos exigidos no item 7.2.
- 7.5. Somente serão aceitos documentos originais, cópias autenticadas em cartório e cópias certificadas pela CEL.
- 7.5.1. A CEL somente certificará cópia legível do documento original que for apresentado sem emenda ou rasura até 3 (três) dias úteis anteriores à data marcada para a entrega da documentação.
- 7.6. Serão habilitadas as pessoas jurídicas que apresentarem no Sicaf certidão vencida, mas que apresentarem na sessão os documentos de habilitação atualizados, por meio do ENVELOPE Nº 1.
- 7.6.1. Os documentos que não possuam prazo estabelecido pelo órgão expedidor serão considerados válidos desde que datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data da sessão pública de entrega dos envelopes.
- 7.7. Quando o interessado pretender concorrer a mais de uma UMF, poderá apresentar apenas um envelope de documentos de habilitação (ENVELOPE Nº 1), contendo somente um conjunto de documentos de habilitação referentes a todas as unidades de manejo florestal pretendidas. Do envelope constarão, conforme identificação externa apresentada no item 1.6, todas as unidades de manejo florestal a que o interessado pretende concorrer.
- 7.8. Às microempresas e empresas de pequeno porte que no momento da habilitação apresentem restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do SFB, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 6.204/2007.

7.9. Documentos obrigatórios para os participantes sob a forma de consórcio.

7.9.1. Para participação em consórcio, serão juntados ao ENVELOPE Nº 1 (habilitação) os seguintes documentos:

7.9.1.1. comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

7.9.1.2. documento indicando a empresa-líder do consórcio, que será a representante das consorciadas perante o poder concedente;

7.9.1.3. documentos referentes à habilitação, à capacidade técnica, à idoneidade financeira e à regularidade jurídica e fiscal deverão ser apresentados por parte de cada um dos membros do consórcio, nos termos do art. 22, III, da Lei 11.284/2006.

7.10. São, ainda, documentos obrigatórios para as participantes na forma de cooperativas:

7.10.1. registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/71;

7.10.2. ata de função e estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou, com a indicação do modo de administração e fiscalização, estabelecendo os respectivos órgãos, com definição de suas atribuições, poderes e funcionamento, a representação ativa e passiva da sociedade em juízo ou fora dele, o prazo do mandato, bem como o processo de substituição dos administradores e conselheiros fiscais;

7.10.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;

7.10.4. ata da sessão que os cooperados autorizaram a participação da cooperativa na licitação;

7.10.5. a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.10.6. declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) dos cooperados;

7.10.7. comprovação de capital social proporcional ao número de cooperados necessários para a execução das atividades do contrato, e de integração das respectivas quotas-partes de tais cooperados.

7.11. O consórcio licitante vencedor poderá constituir-se como empresa antes da celebração do contrato.

7.12. Caso o consórcio não se constitua em uma nova empresa, a empresa-líder será:

7.12.1. responsável técnica e legal por todos os atos praticados pelo consórcio na presente licitação;

7.12.2. responsável pelo cumprimento do contrato de concessão florestal perante a União, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

7.13. É vedada a participação para a mesma UMF, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, de empresas consorciadas, controladas, coligadas ou vinculadas.

7.14. As alterações na constituição dos consórcios serão submetidas previamente ao poder concedente para a verificação da manutenção das condições de habilitação, sob pena de rescisão do contrato de concessão.

7.15. Não poderão ser outorgados a cada concessionário, individualmente ou em consórcio, mais de 2 (dois) contratos, conforme estabelece o inciso I do art. 34 da Lei 11.284/2006.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

8.1. Conforme previsto no art. 26 da Lei 11.284/2006, o julgamento da melhor proposta será baseado na combinação dos critérios técnica e preço.

8.2. Será considerado o vencedor do edital o proponente que atingir a maior avaliação após a soma dos pontos referentes à Proposta Técnica e à Proposta de Preço.

8.3. A pontuação máxima para este edital será de 1.000 (um mil) pontos, considerando-se a pontuação máxima de 500 (quinhentos) pontos para o critério de preço e de 500 (quinhentos) pontos para o critério técnico.

8.4. A licitante apresentará duas propostas separadamente: uma referente à proposta técnica e outra à proposta de preço, na forma determinada neste edital e de acordo com os modelos constantes dos Anexos 10 e 11, deste edital, respectivamente.

8.5. Será adotada a seguinte fórmula para definição da pontuação das propostas:

$$A = PPT + PPP$$

em que:

A = Avaliação;

PPT = Pontuação da Proposta Técnica;

PPP = Pontuação da Proposta de Preço.

8.6. Será declarada vencedora a licitante que apresentar a maior avaliação (A) referente a

cada UMF.

8.7. Da Proposta Técnica.

8.7.1. A proposta técnica a ser apresentada pelo licitante compreende um formulário para quantificação objetiva dos indicadores técnicos, conforme Anexo 10 deste edital.

8.7.1.1. O formulário para a quantificação objetiva dos indicadores técnicos refere-se à proposta técnica que será objeto de avaliação e pontuação do presente certame licitatório.

8.7.1.2. A ausência do documento citado no subitem 8.7.1 implicará a desclassificação da proposta.

8.7.1.3. Somente os valores constantes no formulário para quantificação objetiva de indicadores técnicos irão constituir futuras obrigações contratuais.

8.7.2. A proposta de indicadores técnicos é composta pelos seguintes critérios:

8.7.2.1. menor impacto ambiental;

8.7.2.2. maiores benefícios sociais diretos;

8.7.2.3. maior eficiência; e

8.7.2.4. maior agregação de valor

8.7.3. Cada critério de seleção é composto por um indicador específico, cujas definições, parâmetros e intervalo de variação para a apresentação e julgamento da proposta estão descritos no Anexo 12 deste edital.

8.7.4. Para fins de concorrência, os indicadores classificatórios definem a pontuação da proposta técnica.

8.7.4.1. A ausência de manifestação, não preenchimento ou o preenchimento com valores não compreendidos no intervalo de variação definido no Anexo 12 deste edital, implicará na desclassificação da proposta.

8.7.5. Os indicadores, com base nos parâmetros descritos no Anexo 12, terão a seguinte pontuação (ver tabela 1).

Tabela 1 – Demonstrativo dos critérios, indicadores e seus pesos associados para as UMFs objeto deste edital.

OBJETOS DESTE CANTAL

Critérios	Indicadores	Parâmetro / unidade	Limites		Pontuação do indicador	
			Mínimo	Máximo		
C1 – Critério ambiental	A1	Implantação e manutenção de sistema de gestão e desempenho de qualidade das operações florestais.	Alcance e manutenção do certificado	Não	Sim	100
C2 – Critério social	A2	Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local.	R\$/hectare	0,50	1,00	100
C3 – Critério eficiência	A3	Adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal.	Comprometimento com a adoção das técnicas definidas em edital	Não	Sim	100
C4 – Critério agregação valor	A4	Grau de processamento local do produto florestal.	Fator de agregação de valor	4	8	200
Total						500

8.7.5.1. A pontuação dos critérios técnicos será calculada da seguinte forma:

8.7.5.1.1. A proposta vencedora em cada indicador obterá a pontuação máxima do respectivo critério, conforme estabelecido na tabela 1 deste edital.

8.7.5.1.2. Para indicadores numéricos, A2 e A4, as propostas serão pontuadas de forma decrescente, na exata proporção de sua diferença em relação à proposta vencedora do critério, segundo a fórmula a seguir.

$$PC = \frac{Px * PtMax}{PV}$$

em que:

PC – Pontuação no critério;

Px – Proposta;

PtMax – Pontuação máxima do critério;

PV – Proposta vencedora do critério.

8.7.6. Para indicadores associados ao comprometimento do proponente (indicadores A1 e A3), será conferida a nota máxima para a proposta que confirmar o

comprometimento e a mínima para a proposta que não confirmar o comprometimento ao parâmetro.

- 8.7.7. Para a obtenção da pontuação técnica para todas as UMFs, será aplicada a seguinte fórmula:

$$PT = C1 + C2 + C3 + C4$$

em que:

PT = Pontuação da proposta técnica;

C1 = Pontuação do critério de menor impacto ambiental;

C2 = Pontuação do critério de maiores benefícios sociais diretos;

C3 = Pontuação do critério de maior eficiência;

C4 = Pontuação do critério de maior agregação de valor ao produto na região da concessão.

- 8.7.8. A CEL recusará propostas técnicas manifestamente inexequíveis, conforme art. 26, §3º, da Lei 11.284/2006.

8.8. Da Proposta de Preço.

- 8.8.1. A proposta de preço é composta por:

8.8.1.1. ficha para preenchimento obrigatório do Preço Ofertado (PO) por m³ de madeira em tora, conforme Anexo 11 deste edital.

8.8.1.2. formulário, de preenchimento obrigatório, de Memória de Cálculo da Proposta.

- 8.8.2. O Preço Mínimo do Edital (PME) por m³ de madeira em tora é o valor mínimo a ser considerado para as ofertas de preço. As propostas inferiores ao PME serão desclassificadas.

- 8.8.3. O PME deste edital é R\$ 57,00/m³ (cinquenta e sete reais por metro cúbico).

- 8.8.4. O Preço Ofertado (PO) por m³ de madeira em tora será um valor único, em reais, a ser pago por metro cúbico (m³) de madeira em tora produzido.

- 8.8.5. Ao maior PO será atribuída a pontuação máxima do critério de preço (500 pontos).

- 8.8.6. As demais propostas serão pontuadas de forma decrescente, na exata proporção de sua diferença em relação ao maior PO, segundo a fórmula a seguir:

$$PPP = PO * 500 / V_{MaxPO}$$

em que:

PPP = Pontuação da Proposta de Preço;

PO = Preço Ofertado pelo Licitante;

VMaxPO = Valor do maior Preço Ofertado.

- 8.8.7. Será desclassificada a proposta apresentada em desacordo com a ficha referida no Anexo 11.
- 8.8.8. O formulário Memória de Cálculo da Proposta, citado no item 8.8.1.2, apesar de apresentação obrigatória, não será utilizado para pontuação no certame licitatório nem acarretará obrigações futuras aos licitantes ou ao Poder Concedente.
- 8.8.9. O formulário Memória de Cálculo da Proposta constitui uma ferramenta da administração para analisar a exequibilidade das propostas ofertadas e encontra-se disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro na internet, www.florestal.gov.br.
- 8.8.10. O formulário Memória de Cálculo da Proposta deve ser apresentado obrigatoriamente em meio analógico (planilha impressa).
- 8.8.11. A CEL recusará propostas manifestamente inexequíveis, conforme art. 26, §3º, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

9. DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

- 9.1. Os documentos constantes do ENVELOPE Nº 1 e as propostas dos ENVELOPES Nºs 2 e 3, distintos e lacrados, endereçados à CEL, deverão ser entregues até o dia, hora e local indicado no item 1 deste edital.
- 9.2. Após a hora marcada para o recebimento dos envelopes com os documentos de Habilitação e Propostas, nenhum documento será recebido pela CEL.
- 9.3. Da fase de habilitação.
 - 9.3.1. A sessão de habilitação será aberta no dia, horário e local estabelecidos no item 2 deste Edital.
 - 9.3.2. Envelopes com conteúdo divergente da sua identificação serão automaticamente excluídos da presente licitação.
 - 9.3.3. Não serão aceitos os documentos de habilitação e propostas remetidos por fax ou correio eletrônico.
 - 9.3.4. Os envelopes serão abertos em ordem numérica crescente em relação à UMF a

que se destinam.

- 9.3.5. Uma vez encerrado o prazo para o recebimento dos envelopes, terá início a sessão de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação. Haverá apreciação dos documentos de habilitação, por meio de consulta *on-line* no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), para as empresas cadastradas, cujos extratos serão rubricados pelos membros da CEL e pelos representantes credenciados das empresas licitantes e juntados aos autos do processo. Serão também analisados e rubricados pelos participantes os documentos contidos nos envelopes de habilitação das empresas não cadastradas no Sicaf.
- 9.3.6. Caso a CEL suspenda a sessão de habilitação, os envelopes das propostas permanecerão em seu poder e guarda, intactos.
- 9.3.7. Sob pena de inabilitação ou desclassificação, todos os documentos apresentados para habilitação estarão em nome da licitante, com seu número de CNPJ e endereço.
- 9.3.8. A ausência de documentos e a apresentação da documentação de habilitação em desacordo com o previsto neste edital inabilitarão a licitante e impedirão a abertura do envelope das propostas técnica e de preço.
- 9.3.9. Uma vez iniciada a abertura dos envelopes de Documentação para a habilitação, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final desta Concorrência.
- 9.3.10. Caso todas as propostas sejam inabilitadas ou desclassificadas, poderá ser fixado pelo SFB o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de inabilitação ou de desclassificação.
- 9.3.11. Julgada a habilitação, a CEL abrirá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso, contados a partir do primeiro dia útil após publicação no DOU. Havendo interposição, o recurso será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.
- 9.3.12. Se presentes as empresas licitantes, elas poderão, expressamente, renunciar ao direito de interpor recurso referente à habilitação ou inabilitação. Essa hipótese necessariamente deverá constar da respectiva ata assinada por todas as licitantes e pela CEL.
- 9.3.13. A CEL poderá suspender a sessão para análise da documentação e realização de diligências, conforme sua avaliação.
- 9.3.14. Após a análise documental, a CEL publicará o resultado no DOU.
- 9.3.15. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes

observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666/1993.

9.3.16. Julgado o recurso, a CEL dará ciência da decisão às licitantes e comunicará a data para a abertura dos envelopes da proposta técnica.

9.3.17. Às licitantes inabilitadas, desde que não tenha havido recurso quanto a essa fase, no prazo legal, ou após sua denegação, serão devolvidos os envelopes lacrados com as respectivas propostas.

9.3.18. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas técnicas, não caberá a desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.3.19. Após a fase de habilitação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CEL.

9.4. Da fase de julgamento da proposta técnica.

9.4.1. Uma vez concluídas todas as etapas da fase de habilitação, será realizada sessão de abertura dos envelopes com a proposta técnica.

9.4.2. As licitantes serão notificadas da data da abertura dos envelopes com a proposta técnica, por meio de publicação no DOU, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

9.4.3. Na data da abertura dos envelopes com a proposta técnica, será verificada a presença dos documentos exigidos, que serão rubricados pelos membros da CEL e pelos representantes legais das licitantes.

9.4.4. A CEL, caso julgue necessário, poderá suspender a sessão para análise das propostas.

9.4.5. Não suspensa a sessão de abertura dos envelopes, a CEL, de imediato, avaliará e classificará as propostas técnicas apresentadas, mediante verificação de conformidade com os requisitos estabelecidos no ato convocatório e avaliação do valor da pontuação técnica conforme o Anexo 10 deste edital.

9.4.6. Em caso de suspensão, a CEL analisará as propostas técnicas e publicará o resultado no DOU.

9.4.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada.

9.4.8. A falta de datas, assinaturas ou rubricas nas declarações e propostas elaboradas pela licitante somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes e com poderes para esse fim.

9.4.9. A desclassificação de propostas técnicas será fundamentada e publicada no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso, contados a partir da

sua publicação.

- 9.4.10. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a CEL dará ciência da decisão às licitantes e comunicará a data para a abertura dos envelopes com as propostas de preço.

9.5. Da fase de julgamento da proposta de preço.

- 9.5.1. Uma vez concluídas todas as etapas da fase de julgamento da proposta técnica, será realizada a sessão de abertura dos envelopes com a proposta preço.
- 9.5.2. Caso as sessões de julgamento das propostas técnica e de preço não ocorram no mesmo dia, as licitantes serão notificadas da data da abertura dos envelopes com a proposta de preço, por meio de publicação em DOU com, ao menos, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.
- 9.5.3. Na data estabelecida para a sessão de abertura dos envelopes das propostas de preço, os documentos apresentados serão rubricados pelos membros da CEL e pelos representantes legais das licitantes.
- 9.5.4. A CEL, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das propostas.
- 9.5.5. Não suspensa a sessão de abertura dos envelopes, a CEL, de imediato, avaliará e classificará as propostas de preço apresentadas, mediante verificação de conformidade com os requisitos estabelecidos no ato convocatório e avaliação do valor da pontuação de cada proposta consoante os parâmetros de pontuação estabelecidos no item 8.8 deste edital.
- 9.5.6. Em caso de suspensão, a CEL analisará as propostas de preço e publicará o resultado no DOU.
- 9.5.7. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada.
- 9.5.8. A falta de datas, assinaturas ou rubricas nas declarações e propostas elaboradas pela licitante somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes Proposta de Preço e com poderes para esse fim.
- 9.5.9. A decisão de desclassificação de propostas de preço será fundamentada e publicada no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso, contados a partir da publicação no DOU.
- 9.5.10. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a CEL dará ciência da decisão às licitantes.

9.6. Do resultado final.

9.6.1. Concluídas as fases de pontuação e classificação das propostas técnica e de preço, as licitantes serão classificadas em ordem decrescente de avaliação.

9.6.1.1. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.6.2. A CEL considerará, além da pontuação e classificação das propostas técnica e de preço, a exequibilidade técnica e financeira das propostas.

9.6.2.1. A decisão de desclassificação devida ao item 9.6.2 será fundamentada e publicada no DOU, com abertura de prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso, contados a partir da publicação no DOU.

9.6.3. A licitante vencedora será a que obtiver a maior avaliação.

9.6.4. A CEL publicará no DOU o resultado final do certame licitatório. O prazo para a interposição de recurso dessa decisão é de 5 (cinco) dias úteis.

9.6.5. Transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou desde que tenha havido desistência expressa dele, ou após julgados improcedentes os recursos interpostos, a CEL elaborará relatório circunstanciado, informando todos os passos dados no procedimento licitatório, com indicação da licitante vencedora.

9.6.6. Os vencedores de mais de duas UMFs poderão optar pelas unidades a serem contratadas, dentre as UMFs em que forem vencedores.

9.6.6.1. Na hipótese de aplicação do disposto no art. 34, I, da Lei 11.284/2006, será chamado o segundo colocado para as UMFs em que seus vencedores forem impedidos de assumir.

9.7. Da homologação e adjudicação.

9.7.1. Elaborado o relatório circunstanciado, a CEL encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pelo diretor-geral do SFB e, em seguida, procederá à adjudicação do objeto licitado às licitantes vencedoras.

9.8. Das disposições gerais.

9.8.1. Nas sessões de abertura dos envelopes com a documentação de habilitação e das propostas técnica e de preço, caso todos os representantes legais das licitantes estejam presentes à reunião e declararem expressamente que não têm a intenção de recorrer, o que deve constar necessariamente da ata assinada pelas licitantes e pela CEL, a Comissão Especial de Licitação elaborará a ata e o prazo para

apresentação de recurso será suprimido. A ata deverá conter a data da realização da sessão.

9.8.2. Se, eventualmente, surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, elas serão consignadas em ata e a conclusão da fase dar-se-á em sessão convocada previamente mediante publicação de aviso no DOU e no sítio do SFB na internet, no endereço www.florestal.gov.br.

9.8.3. Serão publicadas no Diário Oficial da União e no sítio do SFB na internet, no endereço www.florestal.gov.br, as decisões da CEL referentes a:

9.8.3.1. habilitação ou inabilitação da licitante;

9.8.3.2. julgamento das propostas;

9.8.3.3. resultado de recurso interposto;

9.8.3.4. resultado de julgamento desta Concorrência.

9.8.4. As respostas da CEL aos pedidos de esclarecimentos formulados serão publicadas no sítio eletrônico do SFB na internet, no endereço www.florestal.gov.br.

10. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS.

10.1. A Proposta terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data prevista no item 2 deste edital para a sessão de abertura dos documentos de habilitação.

10.2. Caso a adjudicação não ocorra dentro do período de validade da proposta e persista o interesse do SFB, este poderá solicitar prorrogação geral da validade a todas as licitantes classificadas.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.

11.1. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão disponíveis para vista aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

11.2. O recurso da decisão que habilitar ou inabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo.

11.3. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos eficácia suspensiva.

11.4. Os recursos serão protocolados no Setor de Protocolo do Serviço Florestal Brasileiro,

instalado na sede do Serviço Florestal Brasileiro, no SCEN, Trecho 02, Bloco G, em Brasília/DF.

- 11.4.1. Os recursos poderão ser enviados pelo correio, mediante Sedex ou sob registro com aviso de recebimento. Em ambos os casos, será considerado interposto tempestivamente o recurso cuja entrega, na sede do Serviço Florestal Brasileiro, tenha ocorrido dentro do prazo recursal.
- 11.4.2. O recurso será dirigido ao diretor-geral do SFB, por intermédio do presidente da CEL.
- 11.5. Interposto, o recurso será comunicado às demais licitantes, em até 5 (cinco) dias úteis, por meio de aviso no DOU, que poderão impugná-lo no prazo de 5(cinco) dias úteis. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.6. Após os prazos do item acima, o presidente da CEL poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso devidamente instruído para decisão do diretor-geral.
 - 11.6.1. O diretor-geral do SFB terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para proferir sua decisão, por meio de publicação no DOU.

12. DA ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO FLORESTAL.

- 12.1. Sem prejuízo do disposto nos capítulos III e IV da Lei 8.666/1993, o contrato de concessão florestal referente à execução dos serviços será formalizado e conterá, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório.
- 12.2. O SFB convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para, no prazo de quinze dias, a contar da convocação, assinar o contrato de concessão, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993.
- 12.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SFB.
- 12.4. Na ocasião da assinatura do contrato, a concessionária deve apresentar documento válido de que a garantia de execução do contrato para a fase 1 de contratação foi efetuada, nos termos do item 13.2 deste edital.
- 12.5. A não apresentação de garantia de execução do contrato válida, nos termos do item 13.2 deste, impedirá a assinatura do contrato.
- 12.6. É facultado ao SFB, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de

classificação, ou revogar esta Concorrência, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei 8.666/1993.

12.6.1. Quando da convocatória das licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, a assinatura do contrato será condicionada à aceitação dos mesmos prazos e condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados e indicadores técnicos.

12.7. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato de concessão dentro do prazo estabelecido pelo SFB, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

12.8. O disposto no subitem anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64, §2º, da Lei 8.666/1993 que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo, preço e técnica.

12.9. Como requisito para a assinatura do contrato, no caso de associações comunitárias, a licitante vencedora constituir-se-á em pessoa jurídica legalmente apta a operar a atividade comercial associada à concessão florestal, incluindo os requisitos de habilitação.

13. DAS GARANTIAS FINANCEIRAS DE PROPOSTA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.1. Da garantia de proposta.

13.1.1. A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei 8.666/1993, conforme orientações contidas no Anexo 9 deste edital.

13.1.2. Os valores a serem caucionados pelos proponentes são:

- a) UMF I – R\$ 37.365,15;
- b) UMF II – R\$ 87.067,18; e
- c) UMF III – R\$ 52.168,08.

13.1.3. A devolução da garantia de proposta das licitantes ocorrerá:

13.1.3.1. em até 15 (quinze) dias após a conclusão da fase de habilitação, para as licitantes desclassificadas na fase de habilitação;

13.1.3.2. em até 15 (quinze) dias após a assinatura dos contratos de concessão florestal, para as demais licitantes.

13.1.4. A execução da garantia de proposta ocorrerá nos seguintes casos:

13.1.4.1. retirada, pela proponente, de sua proposta, dentro do prazo de validade;
13.1.4.2. não cumprimento pela adjudicatária das obrigações prévias à celebração do contrato;

13.1.4.3. recusa da adjudicatária em celebrar o contrato.

13.2. Da garantia de execução do contrato.

13.2.1. As regras para a composição, atualização, execução e recomposição da garantia do contrato estão dispostas na Resolução SFB nº 16, de 7 de agosto de 2012, publicada no DOU de 8 de agosto de 2012, seção 1, página 96, e no Anexo 9 deste edital.

13.2.2. Para garantir o fiel cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, o adjudicatário prestará garantia contratual em valor equivalente a 60% do Valor de Referência do Contrato (VRC), de acordo com os seguintes percentuais e fases:

I. Fase 1 – contratação: prestação de valor equivalente a 30% da garantia antes da assinatura do contrato;

II. Fase 2 – planejamento: prestação de valor equivalente a 30% do valor da garantia em até 10 (dez) dias após a homologação do Plano de Manejo Florestal Sustentável da UMF;

III. Fase 3 – operacionalização: prestação de valor equivalente a 40% do valor da garantia em até 10 (dez) dias após a aprovação do segundo Plano Operativo Anual (POA) da UMF.

13.2.3. O Valor de Referência do Contrato é calculado em função da produtividade média estimada por hectare, da área efetiva de manejo anual (tabela 2 do item 14.3.1 deste edital) e do preço ofertado para o produto madeira em tora, conforme fórmula definida no art. 2º, V, da Resolução SFB nº 25, de 02 de abril de 2014, publicada no DOU de 03 de abril de 2014, seção 1, páginas 54-56.

13.2.4. Demais disposições sobre a garantia seguirão o disposto na Cláusula 14ª do contrato de concessão e no Anexo 9 deste edital.

13.2.5. Para a prestação das garantias de execução do contrato, a concessionária poderá optar entre as seguintes modalidades previstas no §1º do art. 56 da Lei 8.666/1993 c/c §2º do art. 21 da Lei 11.284/2006:

I. caução em dinheiro;

II. títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, mediante registro em

sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

III. seguro-garantia;

IV. fiança bancária;

V. outras admitidas em lei.

14. DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO FLORESTAL.

14.1. O regime econômico e financeiro da concessão florestal compreende:

- I. o pagamento de preço calculado sobre os custos de realização do edital de licitação da concessão florestal da UMF, conforme o art. 37, e seus parágrafos, do Decreto 6.063/2007;
- II. o pagamento de preço, não inferior ao mínimo definido no item 8.8.3 deste edital de licitação, calculado em função da quantidade de produto auferido do objeto da concessão;
- III. o pagamento de valor mínimo anual, independentemente da produção ou dos valores auferidos pela concessionária com a exploração do objeto da concessão, conforme estabelecido na Lei 11.284/2006, no Decreto 6.063/2007 e no item 14.4 deste edital de licitação;
- IV. a indisponibilidade pela concessionária, salvo disposição contratual, dos bens considerados reversíveis, especificados na cláusula 8 da minuta de contrato, Anexo 13 deste edital;
- V. a responsabilidade da concessionária de realizar outros investimentos previstos no contrato.

14.2. Os conceitos, métodos de cálculo, prazos e demais informações sobre os parâmetros do regime econômico-financeiro do contrato estão definidos na Resolução SFB nº 25, de 02 de abril de 2014, publicada no DOU de 03 de abril de 2014, seção 1, páginas 54-56.

14.3. Dos parâmetros produtivos do edital.

14.3.1. A estimativa da produtividade por hectare seguiu o padrão estabelecido no art. 2º, V, *a*, da Resolução SFB nº 25/2014, e está detalhada no Anexo 2 deste edital.

Tabela 2 – Potencial produtivo anual estimado por Unidade de Manejo Florestal.

UMFs	Área total da UMF (em ha)	Área de APP ¹ (em ha)	Áreas inacessíveis (em ha)	Área líquida da RA ² (em ha)	Área de efetivo manejo (em ha)	Área de efetivo manejo anual (em ha)	Produtividade Anual Estimada (em m ³) ³
I	37.365,15	3.856,14	0,35	1.675,45	31.833,21	1.061,11	21.222,14
II	87.067,18	6.949,32	0,03	4.005,89	76.111,94	2.537,06	50.741,29
III	52.168,08	4.389,44	0,00	2.388,93	45.389,71	1.512,99	30.259,81

Notas: ¹ Área de Proteção Permanente (APP).

² Reserva Absoluta (RA).

³ Produtividade estimada em 20m³/ha.

14.3.2. As obrigações, regras e datas para o cumprimento das obrigações do regime econômico-financeiro da concessão florestal seguem as regras estabelecidas na Resolução SFB nº 25/2014, e estão descritas na minuta do contrato, Anexo 13 deste edital.

14.4. Do Valor Mínimo Anual (VMA).

14.4.1. Valor Mínimo Anual (VMA) é o valor mínimo a ser cobrado anualmente da concessionária, independentemente da produção e dos valores por ela auferidos pela exploração do objeto da concessão, calculado a partir de um percentual do Valor de Referência do Contrato (VRC), conforme Resolução SFB nº 25/2014, que para este edital fica assim estabelecido:

- I. 5% do VRC, no primeiro ano de exigência de pagamento do valor mínimo anual;
- II. 15% do VRC, no segundo ano de exigência de pagamento do valor mínimo anual;
- III. 30% do VRC, a partir do terceiro ano de exigência de pagamento do valor mínimo anual até o término da vigência do contrato de concessão florestal.

14.4.2. O início da exigência de cobrança de valor mínimo anual ocorre a partir da aprovação, pelo órgão competente, do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) da concessionária.

14.4.3. O não cumprimento do prazo máximo estabelecido em contrato para submeter o PMFS ao órgão competente, em conformidade com o art. 41 do Decreto 6.063/2007, implicará o pagamento do valor mínimo anual no décimo terceiro mês após a assinatura do contrato.

14.4.4. Demais parâmetros e regras associadas ao cálculo e à aplicação do VMA seguem o disposto na Resolução SFB nº 25/2014.

14.5. Do reajuste de preços.

14.5.1. O preço ofertado para o produto madeira em tora, o valor de referência do contrato e todos os parâmetros e obrigações contratuais que dele derivam serão reajustados anualmente, por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), enquanto não houver índice específico estabelecido pelo SFB.

14.5.1.1. O preço do material lenhoso residual e o valor de indicadores técnicos associados a investimentos financeiros da concessionária também serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma data.

14.5.1.2. O índice específico estabelecido pelo SFB a que se refere o item 14.5.1 não poderá superar em mais de 2 (dois) pontos percentuais o IPCA/IBGE.

14.5.1.3. A aplicação do IPCA/IBGE poderá não ocorrer quando estiver em flagrante desacordo com a variação dos preços da madeira no mercado nacional, a critério do SFB.

14.5.1.3.1. A não aplicação do índice de que trata o subitem acima poderá ocorrer de forma integral ou parcial, de acordo com decisão do Conselho Diretor do SFB, conforme Resolução SFB nº 25/2014.

14.5.1.4. A formalização da atualização monetária anual ocorrerá por meio de apostilamentos anuais.

14.6. Regras, procedimentos e datas para o cumprimento das obrigações contratuais estão estabelecidos na Resolução SFB nº 25/2014 e no Anexo 13 deste edital.

15. DOS CUSTOS DO EDITAL.

15.1. Os custos do edital estão discriminados na planilha constante do Anexo 15 deste edital.

15.2. Os custos do edital serão divididos proporcionalmente à área de cada UMF objeto da presente concessão florestal.

15.3. Os custos do edital serão pagos em quatro parcelas trimestrais de igual valor, ao longo do primeiro ano da concessão florestal.

15.3.1. Os estudos, levantamentos, projetos, obras, despesas ou investimentos já efetuados na UMF e vinculados ao processo de licitação para concessão, realizados pelo poder concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados.

15.3.2. As empresas de pequeno porte, empresas e associações de comunidades locais

ficarão dispensadas do pagamento dos custos do edital, nos termos do art. 24, § 2º, da Lei 11.284/2006.

16. DA BONIFICAÇÃO.

- 16.1. A bonificação dos contratos de concessão florestal, prevista no inciso XIX do art. 30 da Lei 11.284/2006, é um desconto percentual que incide apenas sobre o preço estabelecido em contrato para o produto madeira em tora e tem seus limites e prazos estabelecidos em contrato, conforme normas estabelecidas pela Resolução SFB nº 04, de 2 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2011, seção 1, página 132.
- 16.2. Os indicadores de bonificação e seus respectivos percentuais estão estabelecidos no Anexo 12 e na cláusula 6ª do Anexo 13 deste edital.

17. AUDITORIAS FLORESTAIS.

- 17.1. As áreas de concessão florestal serão submetidas a auditorias florestais, de caráter independente, em prazos não superiores a três anos, a contar da aprovação do 1º Plano Operacional Anual, conforme Anexo 13 deste edital.
- 17.2. A auditoria independente para a certificação socioambiental poderá ser considerada para fins de cumprimento da obrigação estabelecida no item 17 deste edital, desde que atenda às determinações estabelecidas pelo art. 3º, XI e pelo art. 42, §§ 2º e 3º da Lei 11.284/2006 e pela Portaria 56, de 25 de fevereiro de 2010, do Inmetro.

18. DOS BENS REVERSÍVEIS.

- 18.1. Bens reversíveis são investimentos em infraestrutura física realizados pela concessionária que retornam em favor do Estado com o encerramento do contrato de concessão florestal.
- 18.2. São considerados bens reversíveis da concessão florestal:
- I. infraestrutura de acesso;
 - II. cercas, aceiros e porteiras;
 - III. construções e instalações permanentes;
 - IV. pontes e passagens de nível;
 - V. infraestrutura de geração e transmissão de eletricidade e de comunicação que vier a ser instalada durante a execução do contrato, incluindo postes, linhas de transmissão e antenas.
- 18.3. O concessionário deve manter um inventário de bens reversíveis atualizado anualmente durante toda execução do contrato.

- 18.4. A rescisão unilateral por parte do poder concedente por fato superveniente de interesse público, mediante lei autorizativa específica, enseja a indenização das parcelas de investimentos ainda não amortizadas vinculadas aos bens reversíveis que tenham sido realizados, nos termos do art. 45, § 1º, IX, da Lei 11.284/2006.

19. DOS RISCOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

- 19.1. Salvo os riscos expressamente alocados ao Poder Concedente na matriz de alocação de riscos, conforme a cláusula 17 do contrato, constante no Anexo 13 deste edital, a concessionária é exclusiva e integralmente responsável por todos os demais riscos relacionados à presente concessão.

20. DO REEQUILÍBRIO DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.

- 20.1. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão florestal poderá ser reestabelecido, nos casos previstos no art. 65, II, *d*, da Lei 8.666/1993 e de acordo com as regras estabelecidas em contrato, Anexo 13 deste edital.

21. DA INSTALAÇÃO E MEDIÇÃO DAS PARCELAS AMOSTRAIS PERMANENTES

- 21.1. Compete ao concessionário seguir as diretrizes do Serviço Florestal Brasileiro para a manutenção das parcelas permanentes que vierem a ser instaladas na Unidade de Manejo Florestal.

- 21.1.1. Parcelas amostrais permanentes compõem um sistema de monitoramento de floresta realizado por meio de inventário contínuo e são áreas com localização e demarcação permanente em determinada vegetação dentro da UMF, onde são realizadas medições periódicas de variáveis dendrométricas com vistas à obtenção de estimativas de mudanças em sua composição e volume.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 22.1. A edição de normas supervenientes atinentes ao objeto deste edital alcançará a licitação e o contrato que dela decorrer.
- 22.2. Fica a concessionária obrigada a manter as condições de habilitação estabelecidas neste edital durante todo o período de vigência do contrato de concessão florestal.
- 22.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade, na aplicação da Lei 8.666/1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes

da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

- 22.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.
- 22.5. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.6. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, por parte do poder concedente.
- 22.7. É facultada à CEL ou à autoridade superior, em qualquer fase desta Concorrência, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas e permitida a eventual suspensão de sessão pública em andamento para os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- 22.8. Os envelopes com as propostas das empresas inabilitadas, assim como os envelopes com as propostas de preço das empresas desclassificadas quando da apresentação da proposta técnica, ficarão à disposição pelo período de 10 (dez) dias úteis, contados do encerramento da licitação, após o que serão destruídos pela CEL.
- 22.9. Não havendo expediente na data marcada para qualquer ato público relativo a esta Concorrência, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local.
- 22.10. O enquadramento de licitantes e concessionários como micro e pequenas empresas, para acesso aos benefícios previstos no artigo 24, § 2º, da Lei 11.284/2006, será realizado de acordo com os parâmetros estabelecidos na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, publicada no DOU de 15 de dezembro de 2006 e republicada no DOU de 31 de janeiro de 2009 (edição extra), e alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014.
- 22.10.1. Anualmente, até o dia do apostilamento para a atualização anual dos preços, a concessionária deverá comprovar ao SFB seu enquadramento como micro ou pequena empresa.
- 22.11. Cooperativas são consideradas empreendimentos associativos para fins de acesso aos benefícios previstos na Lei 11.284/2006.
- 22.11.1. Consoante dispõe o art. 34 da Lei 11.488/2007, podem ser aplicados às cooperativas, enquadradas até o limite de receita bruta definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, os benefícios específicos da microempresa e empresa de pequeno porte previstos na Lei 11.284/2006.

22.11.2. No caso de consórcios entre empresas e cooperativas, irá prevalecer, para análise do enquadramento do consórcio, o balanço contábil com maior movimentação financeira entre os consorciados.

22.12. A descoberta de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático será imediatamente comunicada pela concessionária ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao ICMBio e ao SFB.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS.

23.1. O Anexo 1 apresenta os mapas e memoriais descritivos das UMFs;

23.2. O Anexo 2 descreve a localização e a caracterização física de cada UMF, bem como suas áreas efetivas de manejo e suas respectivas estimativas de potencial produtivo.

23.3. O Anexo 3 apresenta o contexto ambiental, geográfico e socioeconômico da região em que as UMFs estão localizadas.

23.4. O Anexo 4 apresenta uma análise multitemporal de antropismo e tem como objetivo identificar a localização e a evolução temporal de atividades humanas que impactaram as UMFs e seu entorno.

23.5. O Anexo 5 apresenta estudos sobre a infraestrutura das UMFs, modais e vias de acesso às UMFs.

23.6. O Anexo 6 detalha o objeto do contrato e os produtos que podem ser explorados pela concessionária no âmbito de sua execução, incluindo os que demandam uma autorização prévia do SFB.

23.7. O Anexo 7 estabelece as normas que regulam a visitação às UMFs por possíveis interessados em participar do certame licitatório.

23.8. O Anexo 8 reúne as seguintes declarações:

23.8.1. Declaração de não emprego de mão de obra de menores, obedecendo ao previsto no art. 27, V, da Lei 8.666/93, e de acordo com as alterações introduzidas pela Lei 9.854/1999, conforme modelo constante do Anexo ao Decreto 4.358/2002;

23.8.2. Declaração de fatos impeditivos supervenientes, de acordo com a orientação do Tribunal de Contas da União;

- 23.8.3. Declaração de elaboração independente da proposta, atendendo à exigência da Instrução Normativa 02, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 16 de setembro 2009.
- 23.8.4. Declaração de aptidão financeira, por meio da qual o licitante assevera possuir capacidade financeira para executar o contrato.
- 23.8.5. Declaração de não existência de decisões condenatórias transitadas em julgado, atendendo à exigência do artigo 19, II, da Lei 11.284/2006.
- 23.8.6. Declaração de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- 23.9. O Anexo 9 descreve orientações para o processamento das garantias de proposta e de execução do contrato.
- 23.10. O Anexo 10 apresenta o modelo de apresentação objetiva da proposta técnica.
- 23.11. O Anexo 11 apresenta o modelo de apresentação objetiva da proposta de preço.
- 23.12. O Anexo 12 apresenta a parametrização dos indicadores que compõem a proposta técnica e estabelece padrões mínimos de desempenho e bonificação no contrato.
- 23.13. O Anexo 13 é a minuta do contrato a ser firmado com o vencedor do processo licitatório e possui as normas mais relevantes sobre a concessão florestal.
- 23.14. O Anexo 14 apresenta um resumo do inventário florestal diagnóstico realizado na Flona de Caxiuanã.
- 23.15. O Anexo 15 especifica os custos do edital e os valores de ressarcimento de custo do edital por UMF.
- 23.16. O Anexo 16 é um comprovante de retirada do edital, que poderá ser preenchido pela empresa licitante com informações para contato.

RAIMUNDO DEUSDARÁ FILHO

Diretor-Geral

Serviço Florestal Brasileiro

ANEXOS DO EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2015.

Anexo 1 – Relação das Unidades de Manejo Florestal.

Anexo 2 – Caracterização das Unidades de Manejo Florestal.

Anexo 3 – Contextualização ambiental, geográfica e socioeconômica da Flona de Caxiuanã e entorno.

Anexo 4 – Análise multitemporal da intervenção antrópica na Flona de Caxiuanã.

Anexo 5 – Infraestrutura da Flona de Caxiuanã e seu entorno.

Anexo 6 – Produtos passíveis de exploração.

Anexo 7 – Regras de visitação às Unidades de Manejo Florestal.

Anexo 8 – Declarações.

Anexo 9 – Orientações para o processamento da garantia.

Anexo 10 – Formulário para apresentação de proposta técnica.

Anexo 11 – Formulário para apresentação de proposta de preço.

Anexo 12 – Fichas de parametrização de indicadores para fins de classificação e bonificação do edital de concessão florestal da Flona do Caxiuanã.

Anexo 13 – Minuta do contrato de concessão florestal.

Anexo 14 – Resumo executivo do inventário florestal amostral.

Anexo 15 – Custos do edital.

Anexo 16 – Recibo para retirada do edital.

ANEXO 10
FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA

Concorrência nº 01/2015 – Flona de Caxiuanã/PA

Deverão ser preenchidos somente os campos em cinza.

Dados do Proponente

Razão social da empresa:	CEMAL COMÉRCIO ECOLÓGICO DE MADEIRAS LTDA
CNPJ:	06.036.053/0003 - 50
Nome do representante:	EVANILDO DALMASSO
Unidade de Manejo de interesse:	UMF 3

Proposta do critério técnico

Critério	Indicador	Parâmetro	Limites de variação da proposta		Proposta do licitante
			Mínimo	Máximo	
1 – Ambiental	A1: Certificação florestal	Alcance e manutenção do certificado.	Ausência de comprometimento com a certificação – Não.	Comprometimento com a certificação – Sim.	Sim (X) Não ()
2 – Social	A2: Investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade local	R\$/hectare.	0,50 R\$/hectare.	1,00 R\$/hectare	1,00 R\$/hectare
3 – Eficiência	A3: Adoção de inovações técnicas e tecnologias associadas ao manejo florestal	Comprometimento com a adoção das técnicas definidas em edital.	Ausência de comprometimento com a adoção da tecnologia definida em edital – Não.	Ausência de comprometimento com a adoção da tecnologia definida em edital – Sim.	Sim (X) Não ()
4 – Agregação de valor	A4: Grau de processamento local do produto	Fator de agregação de valor.	FAV = 4	FAV = 8	FAV = 8,0013

Cartório
Queiroz Santos

Assinatura do representante da licitante